

JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME I

DAS ORIGENS À
MORTE DE CÉSAR



7. CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO ROMANA

Francisco de Oliveira

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

Sumário: A visão romana sobre o imperialismo e a expansão através de Itália e do Mediterrâneo. Consequências ideológicas, económicas, sociais, políticas e culturais da expansão. A cidadania como meio de integração dos povos do Lácio e da Itália e a diversidade de estatutos. A escravatura, o comércio, as sociedades de publicanos, o sistema monetário. O latifúndio e a afluência de riquezas. O reforço do aparelho militar, incremento do papel do senado, ascensão dos cavaleiros e empobrecimento das classes mais baixas. Emancipação da mulher. Filelénismo e anti-helenismo em Roma. Formação de uma cultura greco-latina no que diz respeito ao quotidiano e à arquitetura pública e privada, à educação e à ciência, à retórica e à filosofia, aos géneros literários, ao teatro e à religião.

1. Preâmbulo: conceito de império e imperialismo

Na história de Roma, falar em consequências das conquistas implica ter presente que a afirmação do poderio romano foi uma necessidade constante, correspondente a um aumento progressivo do território em

resultado de guerras defensivas e ofensivas. E, embora o conceito de imperialismo romano seja geralmente remetido para os sécs. III-I aC (ver OLD s.v. *imperialism, Roman*), mesmo durante o período monárquico Roma estendeu progressivamente o seu território, a ponto de a sua demografia suplantar qualquer outra cidade do Lácio¹. Nessa época, a empresa guerreira, tomada como reivindicação de território, espelha-se na caracterização da figura de reis como Tulo Hostílio e Sêrvio Túlio, que estabelecem as regras da guerra justa, as quais exigiam o cumprimento de normas de direito internacional baseadas na *fides* ‘cumprimento da palavra dada, boa-fé negocial’, bem como a intervenção tanto de decisores políticos como de colégios sacerdotais especializados, os Sálios e os Feciais². Do mesmo modo, como instrumento de expansão, assiste-se a uma reformulação da base de recrutamento do exército, originariamente um exército censitário, especializado em armas tanto mais caras e nobilitantes quanto mais alto era o censo, com a cavalaria no topo; à alteração do armamento e à própria organização militar, que virá a centrar-se na legião e no manípulo, unidade tática base constituída por duas centúrias de 60 homens cada, sob o comando de um centurião. Esta organização haveria de se mostrar superior à da falange grega, por exemplo nas batalhas de Cinoscéfalas (197) e de Pidna (168)³.

O alargamento e a consolidação do território faz-se também, nessa fase antiga, em termos de zelo pela função produtiva, com a fundação da colónia de Óstia pelo rei Anco Márcio, no seguimento de conquistas.

O próprio domínio etrusco sobre Roma veio a incluir a cidade num movimento expansionista em direção à Campânia e a estabelecer contactos

¹ Cary – Scullard 1975 54-55; Crawford 1989 15 (Roma e Veios eram as maiores cidades do baixo Tibre); Cornell 1995 204-208; para o ano de 225, a capacidade de mobilização é contabilizada por Políbio, 2.24, em mais de 500.000 homens, incluindo aliados.

² Ver Grimal 1975 52; Hinard 2000 290-292 (critérios puramente formais) e sobretudo 443-453 e 480 (reafirmação desses valores na época de Catão); Roldán Hervás 2005 88-91; Roman 2000 (análise do imperialismo romano guiada pelos conceitos de *fides* e de *maiestas populi Romani*). Sobre os Feciais e a evolução das suas práticas, fórmulas e intervenção, e ainda sobre guerra justa (*bellum iustum*), ver Harris 1992 166-175.

³ Cary – Scullard 1975 84, 159; Perrin – Bauzou 1997 61-62; Hinard 2000 450-453.

com Cartago que remontam ao séc.VI, com o tratado de 509 a afirmar «a soberania de Roma sobre o Lácio»⁴.

No período republicano, Roma, torna-se uma potência regional desde o séc. IV, com a conquista de Veios em 396⁵, a *deditio* ‘rendição’ de Cápua em 343 e o domínio sobre o Lácio em 338⁶. Com a anexação da Campânia por volta de 326-304 no quadro da III Guerra Samnita, com a ocupação da Etrúria em 312-310⁷ e a conquista de Tarento em 272 – onde esta cidade helénica teve a ajuda de Pirro, rei do Epiro⁸, enquanto a urbe itálica fora provavelmente favorecida por Cartago –, Roma afirma-se claramente num mundo que se abre ao Mediterrâneo oriental e ocidental. O surgimento da nova potência, militar, marítima, demográfica e comercial é indiciado pela renegociação do tratado com Cartago, que em 348 consagra a internacionalização de Roma, mesmo se as suas cláusulas não eram as mais favoráveis⁹.

As Guerras Púnicas são o corolário desse movimento expansionista, que coloca Roma em contacto com terras, culturas e tradições longínquas e bem diferentes, na Sicília, nas Hispânicas e na África¹⁰. No seguimento do ajuste de contas com os aliados de Aníbal, Roma entra na Macedónia de Filipe V, vencido em Cinoscéfalas em 197 (II Guerra da Macedónia), e intervém na Ásia de Antíoco III, com o qual celebra a paz de Apameia em 188¹¹. Em consequência, Roma fica senhora ou com

⁴ Hinard 2000 128 e 169; Grandazzi 1991 241-242; Cornell 1995 210-214; Cary – Scullard 1975 48 e 65.

⁵ Vide atrás Favarsani e Joli, cap. 5.1.

⁶ Perrin – Bauzou 1997 51; Grandazzi 1991 179-180; Hinard 2000 242: «a partir de meados do séc. IV «Roma desenvolveu claramente um política de expansão imperialista» (cf. p.290); p.261: na anexação do Lácio em 338, e ao contrário do que fizera no *foedus Cassianum* de 493 (tratado entre Roma e a Liga Latina depois da batalha do lago Regilo), Roma decide «tratar separadamente com cada cidade latina».

⁷ Hinard 2000 283 referindo-se às circunstâncias da *deditio* de Cápua e do ataque à Etrúria: «Parfois, Rome ne semble même pas avoir avancé de prétexte pour entrer en guerre ... Rome a certainement, dans des cas précis comme celui-ci, fait preuve d'une volonté d'expansion, et s'est comportée en puissance impérialiste».

⁸ Vida atrás De Man, cap. 5.2.

⁹ Perrin – Bauzou 1997 51-52; Cary – Scullard 1975 89 e 106; Crawford 1989 37 enfatiza a importância desse convívio pacífico traduzido em três tratados, o primeiro logo do primeiro ano da República.

¹⁰ Vide atrás Monteiro, cap. 6.1.

¹¹ Vide atrás Guerra, cap. 6.2.

influência numa vastidão de território que engloba os três continentes então conhecidos: Europa, Ásia e África. Inicia assim a construção de um império universal e provavelmente assume essa função imperialista. Podemos por conseguinte admitir que «II Guerra Púnica está na origem do grande imperialismo romano e de todas as evoluções dos dois últimos séculos da República»¹².



Fig. 1. Macedónia e Egeu c. 200 a.C. - por Fábio Mordomo

Na verdade, o que se seguiu à II Guerra Púnica, a qual deu a Roma o predomínio no Mediterrâneo ocidental, foi uma espécie de movimento inexorável de conquista de territórios do ocidente e do oriente, onde se devem assinalar: a derrota definitiva da Macedónia em 168 (III Guerra da Macedónia) e a sua transformação em província em 147-146, decisão cimem-

¹² Perrin – Bauzou 1997 71.

tada com a construção da via Egnácia; a destruição de Corinto, arrasada em 146, sendo os seus habitantes vendidos como escravos e a Acaia organizada em província; o aniquilamento de Cartago também em 146, transformada na província de África; a vitória sobre Numância em 133; a incorporação do reino de Pérgamo, que o rei Átalo deixa em testamento aos Romanos, originando a criação da província da Ásia (133). «O resultado foi Roma tornar-se, em pouco mais de meio século (sc. entre 200 e 133), a potência dominante em toda a área do Mediterrâneo, onde os Romanos introduziram uma influência ecuménica unificadora pela primeira vez na história»¹³.

Em relação à expansão romana, tem-se distinguido entre imperialismo defensivo e imperialismo ofensivo¹⁴. Pode pensar-se que, no geral, na expansão no Lácio e na Itália, e mesmo nas duas primeiras guerras púnicas, Roma foi levada a expandir-se para se proteger de inimigos. Já, por exemplo, a II Guerra da Macedónia (200-196) dificilmente se justifica como *casus belli* o motivo da defesa da liberdade da Grécia; mais verosímil seria considerar, com Cary – Scullard, que o móbil foi o conhecimento, através dos aliados de Rodes e de Pérgamo, de um pacto celebrado entre Filipe V da Macedónia e Antíoco III da Síria. É que, a ter efeitos práticos, tal aliança significaria uma ameaça real e muito perigosa para Roma¹⁵.

A discussão sobre o conceito de império parece ter sido sentida de forma viva em Roma pelo ano 155, quando Carnéades defendeu, em dias consecutivos, que o império romano se devia basear na injustiça, na guerra e na conquista (Cic. *Rep.*3.20):

«Por outro lado, a distância que vai da utilidade à justiça, ilustra-a o próprio povo romano, que para si obteve a posse de todo o orbe

¹³ Cary – Scullard 1975 138-139.

¹⁴ Para esta problemática, ver Harris 1992. Rawson 1989 44-55 considera a sociedade romana militarista, baseada no conceito militar de *virtus* 'coragem, valentia', e inclui as motivações comerciais; Hinard 2000 283-292 enfatiza o conceito de glória, «antes de mais militar»: a duração anual do consulado levaria os detentores ansiosos de glória a uma «política agressiva, eventualmente a provocar guerras em que pudessem ilustrar-se» (p.286; cf. p.293 ss. para a justificação polibiana da hegemonia romana na Itália); breve súpula em Perrin – Bauzou 1997 104-106 e Roman 2000 124-125.

¹⁵ Cary – Scullard 1975 150-168, e esp. 153: «the dominant cause of the Second Macedonian War was the Romans' defensive imperialism»; Rawson 1989 44; Harris 1992 212.

declarando a guerra através dos feciais, praticando injustiças com base na legalidade, cobiçando e rapinando sempre o alheio». (Lactânio, *Inst.*6.9.2-4)

Mas o mesmo Carnéades viria a explicar a teoria contrária (Cic. *Rep.*3.25):

«São injustas as guerras que sem uma causa se empreendem. De facto, a não ser para vingar ou repelir o inimigo, não se pode fazer uma guerra justa ... Nenhuma guerra é tida por justa se não for anunciada, se não for declarada, se não houver reivindicação de bens».

Na verdade, parecendo do senso comum afirmar que «nenhuma cidade é tão estulta que não prefira imperar de forma injusta a servir de forma justa» (Cic. *Rep.*3.28), vem a defender-se, pela boca do sábio Lélcio, a justiça e o direito como bases do império (Cic. *Rep.*3.41):

«Se este costume e este abuso começarem a espalhar-se mais largamente e arrastarem o nosso império do direito para a força, de modo que aqueles que até agora nos têm obedecido livremente sejam obrigados pelo terror, então, apesar de nós, que somos desta idade, nos termos dedicado sem descanso, eu vou sentir-me inquieto em relação aos nossos descendentes e à referida imortalidade do Estado».

Estes propósitos corresponderiam a discussões muito vivas na entourage dos Cipiões, no pressuposto de que, ao discutir as bases para uma hegemonia e um império universal, Políbio daria voz ao pensamento vigente nesse círculo, ao qual se oporiam Catão e os seus correlegionários¹⁶. Segundo Nicolet, a fraseologia da ideia de império universal e de que os Romanos eram senhores da οἰκουμένη (lat. *orbis terrarum*) teria surgido no séc. II em relação com Tibério Graco e com Cipião Emiliano¹⁷.

¹⁶ Hinard 2000 503: «il traduit sans doute assez fidèlement le débat philosophiques qui animaient la communauté romaines des hommes de pouvoir»; cf. Perrin – Bauzou 1997 105-106.

¹⁷ Nicolet 1988 44; Harris 1992 106 e 116-117.

Um século depois da visita de Carnéades e pela época de composição do tratado ciceroniano, também em Lucrécio se adivinha uma controvérsia clara sobre os mesmos temas da ambição política e do belicismo imperialista, que se contrapõem aos princípios morais epicuristas do quietismo, da aponia e da ataraxia, no âmbito da condenação da ambição política e do imperialismo belicista. Essa ideia é logo lançada na invocação a Vénus Genitrice com que abre o poema didático *Sobre a Natureza*, na éfrase de pintura de um quadro mitológico onde Marte, vencido pelo amor, certamente despe todos os atavios guerreiros para se reclinar no amável regaço de Vénus (Lucr. 1.28-37). Esta milícia erótica não impedirá que, na guerra justa, isto é, defensiva, qualquer epicurista defenda a pátria (Lucr. 1.41-43). E, para além da condenação da ambição na política interna, Lucrécio verbera de modo específico a ambição imperialista com a expressão *rerum potiri* ‘apoderar-se dos bens, alcançar a supremacia’ (Lucr. 2.13).

Esta controvérsia, que também se encontra delineada na expressão de Catulo (cf. carne 29, contra César e Pompeu e seus desmandos e conquistas; carne 31, que celebra a alegria do regresso à terra natal por oposição às agruras de campanhas militares em terras longínquas), nos poetas elegíacos e na historiografia, não esconde a realidade existente – uma expansão assente em interesses políticos e num quadro ideológico que atribui a Roma uma superioridade carismática sobre outros povos traduzida na ideia de missão civilizadora.

A ideia de superioridade da própria Roma pode ser rastreada no elogio da Romana *maiestas*, da própria Roma, incluindo no plano urbanístico (*laudes Romae*), da Itália (*laudes Italiae*) e do *Genius Populi Romani* ‘o Génio do povo romano’; na iconografia da *Victoria*, que surge em moedas como os *Quadrigati* e os *Victoriati*¹⁸; na cerimónia do triunfo; na representação de Roma com divindade (*dea Roma*); na imagética do globo, que se pode relacionar com os conceitos de οἰκουμένη, *orbis terrarum* e *alter orbis*; na teoria das zonas climáticas¹⁹, que coloca Roma na zona

¹⁸ Harris 1992 123-124.

¹⁹ Ver Cic. *Rep.*6.21 para as zonas climáticas e Nicolet 1988 50-53 para a imagética do globo. Para a superioridade sobre outros povos, cf. Políbio, 6.52.10.

temperada norte, lugar de excelência produtiva e antropológica, e no seu centro, vocacionado para fácil acessibilidade a todo o orbe; e, finalmente, na teoria do vicariato de Júpiter²⁰. Estas duas últimas ideias estão presentes nos dois textos que transcrevo, da autoria de Plínio o Antigo, da época flávia, onde se faz o elogio da Itália e do poderio romano²¹:

«(...) tantos mares, tantos portos e o seu regaço por todos os lados aberto ao comércio, avidamente avançando para o mar como para ajudar os mortais! 42. E nem sequer recorde os talentos e os costumes e os varões e os povos suplantados pela sua língua e pela sua força».

«Ver a erva da Cítia ser transportada desde a lagoa Meótis e a eufórbia desde o monte Atlas e de além das Colunas de Hércules e do exato sítio onde a natureza termina; e, em outra parte do globo, a erva britânica ser trazida de ilhas do oceano situadas para além das terras; e de igual modo a etiópica, desde a zona (sc. tórrida) queimada pelos astros; e outras ainda, de todas as partes, de um lado para o outro, em todo o orbe, serem transportadas para o bem estar da humanidade, com a imensa majestade da paz romana a mostrar, uns aos outros, não apenas homens de terras e nações tão afastadas entre si, mas também montanhas e cumes que se projetam para além das nuvens, com os seus produtos e plantas. Eterna seja, eu imploro, esta dádiva dos deuses! Na verdade, eles parecem ter oferecido os Romanos como uma segunda luz para a humanidade!».

Por sua vez, a predestinação de grandes líderes a serem construtores de impérios, dominadores universais (κοσμοκράτορες em grego) concretiza-se na atribuição de um destino pessoal carismático a grandes personalidades, gerais e conquistadores, por vezes equiparados a

²⁰ Harris 1992 123: “Believing that their empire had been bestowed by the gods, they naturally turned to the gods when they wished to express their desire for still greater dominion”.

²¹ Plin. *Nat.* 3.41-42 e 27.2-3; ver Liv. 37.45.8-14, o discurso de representantes sírios derrotados em Magnésia: «nesta vitória que vos tornou senhores do orbe terráqueo (...) Findos os combates contra todos os mortais, fica-vos bem agir de feição não diferente da dos deuses, e perdoar ao género humano». Observe-se que, no registo linguístico, fica implícito que os Romanos não são mortais, mas imortais.

Hércules, Dioniso e Liber Pater e vocacionados para grandes empresas guerreiras, particularmente em terras do oriente²². Assim, o epíteto de Sula, *Felix* ‘Feliz’, implica a crença numa predestinação carismática, num favorecimento dos deuses em relação à personagem que já se encontra em Cipião Africano²³. De igual modo, o cognome *Magnus* ‘Magno, Grande’, que era específico de Alexandre Magno, assinala nos generais e imperadores romanos um desejo de emulação (*Alexandri imitatio*) que os fez realizar feitos que eram propagandeados, pelos próprios ou pelos seus cantores oficiais, como justificativos desse mesmo título. Pompeu Magno (*Magnus Pompeius*), que imita Alexandre até no penteado, é um exemplo notório (Plin. *Nat.*7.95-99; 8.4; 37.14-15). Podemos todavia supor que desde a época dos Cipiões estaria subjacente tal ideia, a qual poderia ter sido veiculada pelo contacto com Pirro ou com Antíoco III da Síria²⁴, e transparecerá em monumentos triunfais (ver os arcos de Lúcio Estertínio, de 196), troféus militares e inscrições de generais vencedores, em iconografia vária, incluindo a numismática, e até nas *laudationes* fúnebres e nos epitáfios.

2. Consequências da expansão: ideológicas, económicas, sociais e políticas, culturais

De acordo com o exposto, a análise das consequências da expansão vai abarcar um período lato, mas especialmente entre os sécs. IV e II, com ênfase no período entre 264 e 133, «o mais importante patamar na carreira romana de conquista de território estrangeiro»²⁵. Para este

²² A relação entre Alexandre, Hércules e Liber Pater pode ver-se em Séneca, *Ben.*1.13.2 («seguindo os passos de Hércules e de Liber») e 7.3.

²³ Hinard 2000 476 enfatiza a sua valorização do prestígio pessoal, o seu cognome de Africano – uma inovação como recompensa do mérito –, e vê nele uma prefiguração do cesarismo; Perrin – Bauzou 1997 173: «acredita que é filho de Júpiter e que as suas vitórias decorrem de proteção divina».

²⁴ Cf. Cary – Scullard 1975 153 (campanha de Antíoco no oriente seguindo os passos de Alexandre) e 161; Rawson 1989 45 para Cipião.

²⁵ Citação de Cary – Scullard 113.

período, as principais fontes antigas são Políbio e Tito Lívio. Não deixaremos, todavia, de ter em conta os antecedentes e os desenvolvimentos subsequentes até ao final da República.

2.1 Consequências ideológicas: o imperialismo romano e os seus instrumentos e contingências

2.1.1 A hegemonia de Roma no Lácio e na Itália

A expansão de Roma no Lácio e na Itália utiliza, pelo menos desde a conquista de Túsculo em 381 e o tratado renegociado com os Latinos em 338, dois instrumentos de integração que muito irão servir para a consolidação do império: a atribuição de cidadania e a celebração de tratados que garantiam aos indivíduos e povos conquistados, integrados ou aliados, um grau de autonomia suficiente para manter a ideia de alguma independência e respeito pelas suas identidades. O tratado de 338 é um «modelo para o futuro desenvolvimento da expansão romana na Itália ... um ponto de viragem da história romana ... que estabeleceu uma hierarquia de relações na qual os povos submetidos entravam nas categorias de cidadãos completos, cidadãos *sine suffragio*, latinos e aliados»²⁶. Baseando-se no princípio do tratamento diferenciado de cada povo, esses tratados permitiam geralmente a manutenção de instituições próprias especialmente consagradas no estatuto de *municipium*²⁷. Em troca, esses povos ficavam geralmente obrigados ao pagamento de *tributum*, a servir ou fornecer tropas auxiliares, a prescindir de política externa, açambarcada pela potência romana. Não deixavam, porém, de partilhar do saque e do território conquistado, o que tornaria a empresa guerreira uma vantagem e um elo de união entre Roma e os aliados. Desse modo, como escreve Cornell, a beligerância romana, base do seu

²⁶ Cornell 1995 348 e 365; Dench 1995 14: «an important turning-point in the history of Roman expansion».

²⁷ Cornell 1995 323 e 351.

império, encontra explicação «na natureza das relações de Roma com os seus vizinhos, desde os tempos mais remotos»²⁸.

Dotada de tais instrumentos de conquista, assimilação e contacto, quanto mais se fortalecia militarmente, mais se adivinhava que a nova potência iria aumentar a sua interação com outras potências em solo itálico: tratados com Cere por 390 e 353, no seguimento de relações estreitas anteriores; com os Samnitas em 354 e 290, um exemplo entre os cerca de 150 celebrados com cidades itálicas até cerca de 264; com Tarento por alturas de 334 e 303; com Túrio por 282, livrando a cidade do assédio de povos lucanos e instalando aí uma guarnição militar.

Outro aspeto a ter em conta é que Roma soube encontrar forma de intervir nas dissensões internas dos povos e cidades que entravam ou podiam entrar na sua órbita ao apoiar sistematicamente as classes favorecidas e as oligarquias ou elites locais, cujos interesses eram comuns aos da oligarquia romana. Foi o caso, para citar escassos exemplos, de Nápoles durante a Guerra Samnita (327 aC), ou de Túrios na iminência da Guerra contra Tarento, cuja conquista em 272 selou o completo domínio da Itália central e do sul, depois de com ela ter celebrado um tratado em 303, ou virá depois a ser o caso de Corinto²⁹.

Por esta época, e especificamente por 300 aC, como opina E. Dench, «torna-se visível a mais antiga ideologia da conquista através da incorporação de território», quando Sabinos e Samnitas são enquadrados no conceito de povos bárbaros e Roma vê as guerras com os Italianos nos moldes do imperialismo ateniense e macedónico³⁰. Tal posicionamento concretiza-se no estabelecimento de uma rede de relações centrada em Roma e na aplicação de vários mecanismos de absorção e contenção dos

²⁸ Cornell 1995 365; cf. Carey – Scullard 1975 184: a partir de 177 só recebiam metade do que recebia um cidadão romano. Sobre as motivações económicas da expansão, ver Harris 1992 55-104 (p.58-59): «Plundering was a normal part of Roman warfare, and this was so in the period of the Italian wars».

²⁹ Cornell 1995 363 e 366-367; Crawford 1989 21, referindo-se à unificação da Itália: «Systematically Rome sought out and privileged their upper classes»; Hinard 2000 265 e 267; sobre os interesses comuns entre a elite romana e as regionais da Itália, ver Cary – Scullard 1975 105; Salmon 1982 67 e 69 (relativamente aos aliados itálicos); Rawson 1989 53-55: como regra em territórios conquistados; Harris 1992 133. Vide neste volume De Man, cap. 2.

³⁰ Dench 1995 13-16.

vencidos, de consolidação e romanização³¹; tratados de natureza específica; fundação de colônias de direito latino ou cidadania plena, tanto na Itália central e meridional como na Gália Cisalpina depois da batalha de Clastídio em 222³²; criação de municípios³³; criação de novas tribos para inscrever novos cidadãos³⁴, abertura de vias comerciais e militares, como as vias Ápia em direção à Campânia e ao Sul; a Aurélia e a Flamínia em direção à Ligúria e à Cisalpina; ou a Valéria nos Apeninos Centrais³⁵.

A expansão de Roma na Itália foi, como recorda Políbio (6.50.6), um projeto inicial que em pouco tempo levou Roma a dominar a οἰκουμένη, supremacia que se tornou «um acontecimento para o qual não existe paralelo na história antiga»³⁶.

Durante a campanha contra os Tarentinos, apoiados pelo rei Pirro do Epiro, Roma terá percebido algumas realidades novas: organização e logística militar apuradas, uso de filósofos como embaixadores políticos; *imitatio Alexandri* na personagem de um Pirro com ambições imperiais; o teatro como lazer. Por acréscimo, terá sido levado para Roma, acaso como escravo de guerra, o futuro fundador de literatura latina, Lívio Andronico.

2.1.2. Cidadania Romana como instrumento de integração

A concessão da cidadania torna-se um instrumento de integração dos aliados, criando uma Roma descontínua numa Itália multifacetada, diversa e desigual, dir-se-ia mesmo de acordo com uma hierarquia balizada pelo grau

³¹ Também aqui se aplica o que Inglebert afirma como princípio geral: «*L'imperium Romanum* était donc un condition nécessaire à la romanisation».

³² Ver Salmon 1982 75 (antes); 78 (depois da batalha de Clastídio, antes da invasão de Aníbal); 81 (importância de tais colônias na guerra contra Aníbal). Ver também Cary – Scullard 1975, esp. 100-103, 116; e Inglebert 2005 165-171 sobre as colônias mais antigas. O princípio de criação de colônias teve seguimento durante toda a República e em particular no Alto Império.

³³ Cary – Scullard 1975 90, 105; Inglebert 2005 171-175 sobre a municipalização da Itália.

³⁴ Cary – Scullard 1975 122: em 241 criam duas novas tribos para englobar Sabinos e Picentinos.

³⁵ Perrin – Bauzou 1997 63-64; ver Cary – Scullard 1975 92-93 (vias e colônias durante as Guerras Samnitas) e p.183: em 180 Cumas pede para usar o latim como língua oficial; Salmon 1982 99-100 (vias no séc. II).

³⁶ Cary – Scullard 1975 99.

de resistência ou adesão ao poderio romano, com estatutos e privilégios entre comunidades vencidas, as quais, para os defenderem, mais depressa se aliavam a Roma do que a outros povos submetidos. A atribuição de cidadania a indivíduos interessa aqui menos do que a concessão em bloco a uma comunidade e podia ter formas diversas e componentes separáveis: cidadania romana plena (*civitas optimo iure*) para Latinos; *civitas sine suffragio* para não latinos, novidade que permitia «aumentar o número de cidadãos continuando a manter a característica essencial de Roma enquanto cidade-Estado e a integridade das suas instituições políticas»³⁷. Assim reduzido a simples estatuto jurídico, sem qualquer marca étnica, o *ius Latii* aparece como um mecanismo pronto a ser usado na organização política do espaço conquistado, independentemente da localização geográfica, como será o caso das cidades samnitas subjogadas no seguimento da batalha de Sentino, e se repetirá na época imperial, quando Vespasiano generaliza o *ius Latii* a toda a Hispânia (Plin. *Nat.*3.30). Uma tal prática revela, da parte de Roma, uma capacidade de improvisação e de encontro de soluções inclinada a respeitar alguma especificidade dos povos conquistados ou absorvidos.

Colónias e municípios foram importantes mecanismos de integração e romanização: «A colónia é uma projeção da *Vrbs*. Os seus varões são cidadãos romanos completos (mas têm que se deslocar a Roma para votar). Por outro lado, autogovernam-se no quadro de instituições decalcadas sobre as de Roma»³⁸.

A extensão da cidadania romana a toda a Itália só vem a ser alcançada depois da Guerra Social (91-87), promovendo a unificação política do península em fase tardia.

2.1.3 Um império ecuménico no seguimento das Guerras Púnicas

Quanto ao interesse por potências não itálicas, esse já vinha dos recuados tempos das alianças com Marselha e com Cartago, esta logo nos alvares da

³⁷ Cornell 1995 351: «the most important innovation of the whole settlement»; Cary – Scullard 1975 184: estatuto de *civitas sine suffragio* haveria de evoluir para cidadania plena.

³⁸ Perrin – Bauzou 1997 63. Sobre organização dos municípios, ver *Tabula Heracleensis*.

República e provavelmente herdada dos Etruscos, que nos Púnicos encontravam aliados contra o inimigo comum, as colónias gregas das costas da Itália e da Sicília. Dos séculos IV-III, recordem-se a renovação da aliança com Cartago em 348 e em 278; o tratado de amizade com Ptolomeu II do Egito em 273; com Hierão II de Siracusa no início da I Guerra Púnica (264-241), em 263; o estabelecimento de laços de *amicitia* 'amizade' na Ilíria entre 230 e 219; com Sagunto, por 223; com a Liga Etólia, por 212-211. Esta tendência para, nos territórios ultramarinos, antepor a guerra e consequente anexação do território dos vencidos, e privilegiar a diplomacia, teve continuidade no séculos II³⁹, como foi o caso dos tratados com Pérgamo, por alturas de 190-189 (batalha de Magnésia contra Antíoco III da Síria e depois nas Guerras contra a Macedónia); com Rodas, em 165/164; com a Palestina de Judas Macabeu, em 161. Trata-se de sinais evidentes de que «a República romana estava a ganhar reconhecimento como uma das 'Grandes Potências' e haveria de por largo tempo ocupar uma posição de liderança na política mediterrânica»⁴⁰. Essa liderança mediterrânica desenha-se de forma particular durante os confrontos com Cartago.

Na verdade, as Guerras Púnicas, logo desde a I (264-241) marcam sem dúvida um novo patamar na expansão romana e na mudança das mentalidades⁴¹. Logo no termo da I Guerra Púnica, Roma vê-se «irrevocavelmente arrastada para dentro do bastante largo campo da política mediterrânica» e, sob o ponto de vista cultural, recebe o impacto da cultura helénica de que Siracusa há muito era expoente⁴²; no termo da II Guerra Púnica (218-201), que pode ser descrita como «a Guerra Mundial da antiguidade, devido à larga extensão das suas operações», Roma transforma-se em potência imperial que abarca todo o orbe terreno, a saber, os três continentes então conhecidos: Europa, África e Ásia. Não admira, pois,

³⁹ Cary – Scullard 1975 168-185: a diplomacia era prejudicada pela ausência de representações permanentes, mas tornava-se desnecessária com a transformação de muitos estados-clientes em províncias.

⁴⁰ Cary – Scullard 1975 96, também para a fundação de colónias.

⁴¹ Vide atrás Monteiro, cap. 6.1.

⁴² Cary – Scullard 1975 121; Rawson 1989 55: «The sack of Syracuse in 212 marked for Polybius the start of a taste for Greek art».

que Roma, senhora incontestada do Mediterrâneo, se torne rapidamente capaz de actos de pura destruição e conquista de território alheio, de «comportamento soberbo para com outros povos»⁴³, quando, por 146, anexa a Macedónia, destrói Corinto, transforma a Acaia em província romana e arrasa Cartago; segue-se o aniquilamento de Numância em 133, no mesmo ano em que o reino de Pérgamo é legado a Roma por testamento⁴⁴.

O impacto causado por tão rápido e lato movimento de conquista, verdadeiramente ímpar, foi bem sentido pelo grego Políbio (±200-118), que fora levado para Roma como refém aquando da transformação da Acaia em província e que, para além de historiador da grandeza de Roma, se iria tornar em amigo, companheiro e colaborador de Cipião Emiliano, formando um primeiro exemplo da nova paideia grego-romana⁴⁵. Políbio tem plena consciência de que os Romanos «dominam todo o universo e têm uma incomparável supremacia» (6.1.6), e que Roma se transformou numa potência mundial ao conquistar um império unificado (μίαν ἀρχὴν τὴν Ῥωμαίων) sobre quase todo o mundo habitado (σχεδὸν πάντα τὰ κατὰ τὴν οἰκουμένην) no curto espaço de 53 anos, entre 220 e 167. O conhecimento e compreensão desse facto é o objetivo da narrativa polibiana⁴⁶. Não é despiciendo observar que a recorrência do verbo κρατεῖν ‘dominar, subjugar pela força’ transmite a ideia de que o império romano se baseou no poder militar assente no valor de um exército de cidadãos apoiado por aliados (Plb. 6.52.4-7), com uma organização eficiente e uma disciplina severa bem regulada por castigos e recompensas – e este é, congruentemente, a par do equilíbrio da constituição e da força anímica dos Romanos, um dos motivos da superioridade romana sobre os restantes impérios (Plb. 6.19-42). Além disso, como escrevem Cary – Scullard, «a característica mais notória da capacidade militar romana era o zelo com que estudavam o resultado das operações anteriores e a prontidão com que aprendiam com o inimigo, mesmo se derrotado ... Cipião, por seu

⁴³ Dench 1995 81 fala de ‘hybristic behaviour’.

⁴⁴ Vide neste volume A. Guerra, cap. 6.2 §1 e 2.

⁴⁵ Cary – Scullard 1975 113 sobre a importância de Políbio como fonte para o conhecimento da história de Roma entre 264 e 133.

⁴⁶ Plb. 1.1.5; cf. 6.2.1-3.

lado, era um imitador de Aníbal: em todas as suas grandes batalhas ele seguiu as linhas gerais do plano púnico de Canas»⁴⁷.

O conceito de supremacia e excelência de Roma, que segundo Políbio (6.11.1) teria alcançado a perfeição na época de Aníbal e antes da batalha de Canas em 216, implica, na analogia biológica da evolução das sociedades na mentalidade clássica, a ideia de corrupção e decadência no seguimento do auge⁴⁸. Por conseguinte, acredita-se que a coesão nacional existe quando um inimigo exterior se perfila e que desaparece com a eliminação desse motivo de medo (gr. φόβος, lat. *metus*⁴⁹). Políbio assinalava a destruição do império macedónico, em 168, como o momento chave do imperialismo romano, destinado a decair a partir daí (Plb. 31.25).

As palavras de Políbio colocadas mesmo no final do livro VI parecem premonitórias do que virá a acontecer depois da vitória sobre Aníbal, onde os fatores internos de corrupção, com a transformação do governo em oclocracia (Plb. 6.57.9), se aliam aos fatores externos (Plb. 6.57.5-6):

«Quando, depois de ter repellido muitos e grandes perigos, uma constituição vem a alcançar uma supremacia e um predomínio incontestáveis, é evidente que, nela se instalando por muito tempo a felicidade, daí decorre que o modo de vida se torna muito mais sumptuoso, os homens mais ambiciosos de poder e de outras formas de afirmação do que é adequado».

O vislumbre de que Roma sofreria a mesma triste sorte de outros grandes impérios não impede dizer-se que um dos grandes resultados da invasão anibálica foi a coesão política resultante de uma resistência comum, mas guiada por Roma, da grande maioria dos aliados e povos itálicos, que aceitaram a liderança de Roma nesse evento tão determinante nos mais diversos domínios económicos, sociais e políticos⁵⁰.

⁴⁷ Cary – Scullard 1975 100 e 137.

⁴⁸ Nessa analogia biológica, as fases de desenvolvimento, auge e decadência (infância, maturidade, envelhecimento) são designadas por Plb. 6.51.4 por *auxesis*, *akme*, *phthipsis*; cf. Dench 1995 82: início da corrupção dos costumes; 85: «declínio associado a império».

⁴⁹ Cf. Plb.6.18.2; Dench 1995 80-81: *metus punicus*; Harris 1992 128: *metus hostilis*.

⁵⁰ Salmon 1982 83-84 (sobre Aníbal): «His hammer blows did not destroy, but actually strengthened Rome's hegemony and removed it even further from challenge ... The enormity

2.2. Consequências económicas da expansão

2.2.1. Aumento do trabalho escravo

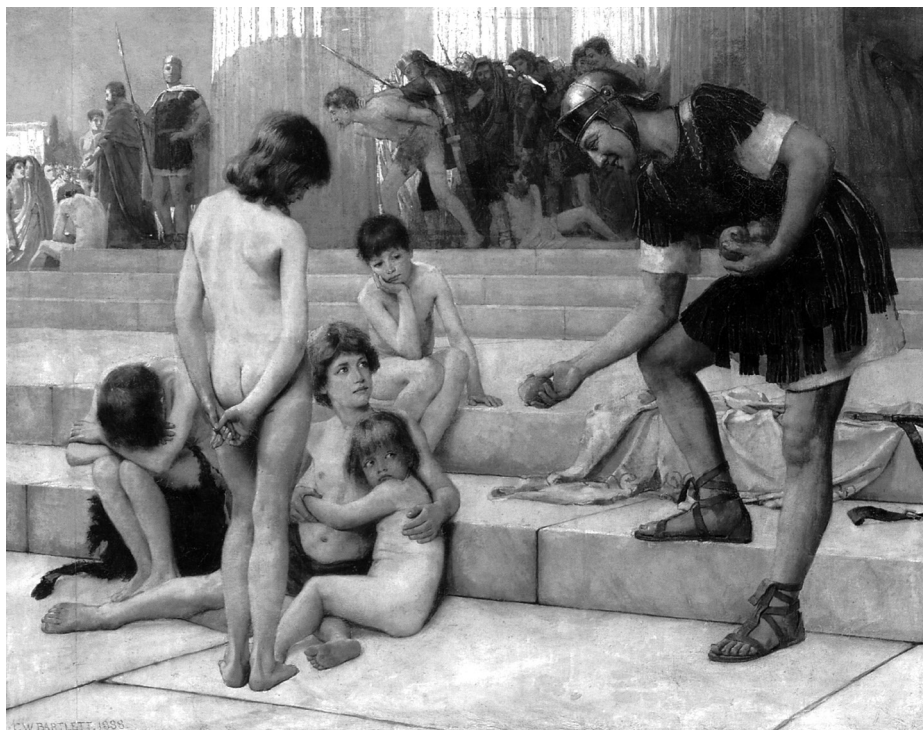


Fig. 2. Cativos em Roma - Por Charles Bastlett (1888)

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charles_Bartlett_-_Captives_in_Rome,_1888.jpg

Pelo séc. IV, Roma conhece a escravização de prisioneiros de guerra, como na III Guerra Samnita, quando teriam sido vendidos mais de 50.000 inimigos, ou 25.000 no saque de Agrigento em 262, 30.000 na reocupação de Tarento após a defeção na II Guerra Púnica, 65.000 na campanha da Sardenha em 177. Esta novidade, que já era conhecida

of the menace imposed passive acceptance of Rome's orders (...). Thus, far from splitting Romans and Italians apart, Hannibal helped to bring them together, and he left behind him more 'national Italian patriotism' than he found». Sobre as consequências referidas, veja-se a súpula de Bradley 1990 196-208.

no mundo grego, irão os Romanos utilizá-la também na Grécia quando, de uma assentada, escravizam 150.000 prisioneiros em 167, no Epiro. A generalização desta prática e a sua amplitude deixam pressupor falta de mão de obra livre e necessidades acrescidas de mão de obra servil, ou, dito de outra forma, sugerem uma grande dependência económica do trabalho escravo⁵¹, que também passou a ser fornecido pelo florescente comércio de escravos, particularmente centrado em Delos, que os Romanos transformaram em porto livre no ano de 166⁵². A contraprova desta afirmação encontra-se na relevância da questão dos direitos dos filhos dos libertos, de que Gneu Flávio, que viveu por 300 e foi secretário de Ápio Cláudio Cego, é exemplo notório⁵³. Não podemos todavia esquecer que a Lei das Doze Tábuas já contemplava a questão dos escravos e da sua manumissão, a qual se vulgarizara já em 357, quando foi imposta uma taxa de 5%⁵⁴. Como se sabe, os libertos tenderão, no final da República e início do Principado, a assumir papel relevante no comércio e na burocracia imperial.

Sobretudo após a II Guerra Púnica (218-201), os grandes proprietários tiravam proveito da ruína ou desinteresse e afastamento dos pequenos agricultores e da abundância de mão de obra imigrante e servil, a qual oferecia vantagens de preço, organização e supervisão⁵⁵, inclusive por estar dispensada do serviço militar.

As más condições oferecidas aos escravos que trabalhavam nos campos vieram a originar revoltas ou formas passivas de resistência⁵⁶.

⁵¹ Cornell 1995 333 e 393-394, onde comenta a ideia comum de que só depois da invasão da II Guerra Púnica se desenvolvem latifúndios baseados em mão de obra servil.

⁵² Hinard 2000 540-543: o apagamento dos reinos helenísticos levou à multiplicação de piratas; estes escravizavam tanta gente que os preços baixaram 2/3 (p.541).

⁵³ Hinard 2000 289 e 331 ss.; Roldán Hervás 2005 87-88.

⁵⁴ Cary – Scullard 1975 78 109.

⁵⁵ Os agrónomos romanos deixam transparecer que o *vilicus* estava obrigado a obediência estrita ao senhor, podendo este castigá-lo fisicamente (cf. Cic. *Rep.*1.59: «Pelo contrário, imito o conhecido Arquitas de Tarento, o qual, ao visitar uma quinta e deparar com tudo diferente do que ordenara, exclamou para o feitor: «Ai de ti, desgraçado, eu mato-te à chicotada se não estivesse irado!»).

⁵⁶ Ver Dench 1995 94 ss; Carey – Scullard 1975 187-190; relação latifúndio / escravatura; migração de campesinos para as cidades; 188: resistência passiva; Hinard 2000 542; Roldán Hervás 2005 158-159.

Já os escravos domésticos, que se podiam encontrar por toda a Roma, geralmente gregos (cf. Pl. *Cur.*288: «estes Gregos que com seu manto deambulam de cabeça tapada») beneficiavam de um estatuto especial que os tornava íntimos da família e seus cooperantes como secretários e como educadores dos filhos enquanto *paedagogi* ‘acompanhantes’ ou *nutrices* ‘amas’ respetivamente para as crianças do sexo masculino e feminino. E este é um facto educativo muito peculiar – serem as crianças da elite romana acompanhadas na educação por escravos ou terem escravos como professores e precetores, a via mais segura para a helenização.

No mundo romano era permitida aos escravos a posse de bens (*peculium*), que podiam usar para comprar a liberdade ao *dominus* ‘dono, senhor’ e se tornarem libertos e clientes do *patronus* ‘patrono’⁵⁷. Esses escravos, se vocacionados para a apoio técnico, podiam inclusive receber formação na escola privada para os escravos (*paedagogium*) do *dominus* e preparar-se assim para a possibilidade de enriquecimento no caso de se tornarem libertos⁵⁸.

2.2.2. Incremento do comércio, indústria e artesanato e criação de sistema monetário

No período em causa, o território romano sofre um aumento substancial, com as terras conquistadas e incorporadas no domínio público (*ager publicus*) a serem redistribuídas em especial pelos habitantes das colónias então fundadas. Por sua vez, a cidade de Roma continua a crescer e a afirmar-se como uma das mais importantes metrópoles da época, com um urbanismo e obras públicas correspondentes à sua grandeza e riqueza⁵⁹. É de admitir, também, que comércio e artesanato se comesçassem a desenvolver com uma qualidade que é atestada pela arqueologia,

⁵⁷ Crawford 1989 16: «To the astonishment of Greek observers, a slave freed by a Roman citizen became a Roman citizen».

⁵⁸ Carey – Scullard 1975 191-192; Hinard 2000 539.

⁵⁹ Sobre a extensão de Roma já por 500, cf. Cornell 1995 96; para o novo urbanismo no seguimento da expansão, ver Hinard 200 508-515 (p.509: «sur les trente-sept temples dont la construction est attestée entre 345 et 190, trente-deux sont liés à des opérations militaires»).

embora as dificuldades e o custo do transporte terrestre fossem um impeditivo para uma produção de nível industrial, favorecendo-se o itinerário aquático e em especial o marítimo. Sobretudo, Roma vai transformar-se no grande centro de confluência de um comércio de importação vindo de todo o mundo e provavelmente num grande produtor de artesanato para consumo local. Para isso desenvolveu infra-estruturas adequadas para tráfego fluvial e armazenamento⁶⁰.

A conquista da Campânia, que se tornou o maior centro industrial da Itália no séc. II, põe Roma em presença de uma sociedade altamente voltada para o comércio e habituada a trocas com base na moeda⁶¹. Para além das razões comerciais, questões de prestígio ou necessidades militares poderão ter levado Roma a sentir a necessidade de cunhar moeda e de criar um sistema monetário, sobretudo aquando da Guerra contra Pirro, e não a limitar-se a uma peça de bronze que valia o seu peso (*aes grave, aes rude*); por 289 são criados os *tresviri monetales*, um triunvirato responsável pelas emissões oficiais, com sede junto do templo de Juno Moneta; inaugura-se a cunhagem do asse em bronze (*aes signatum*), que pesaria 324 gr., com subdivisões; depois de cunhagens anteriores no sul da Itália, especialmente em 326, na cidade de Nápoles, com a legenda grega ROMAION, inicia-se em 269 em Roma, no seguimento da Guerra contra Pirro, a cunhagem de moeda de prata, com didracmas de 7,4 gr de imitação grega que tinham como motivos Hércules e a loba a aleitar os gémeos, e posteriormente Roma ou Vitória, com a legenda ROMANO(RVM); entre 241 e 235, ou pouco depois, esses didracmas dão lugar aos *quadrigati* com a imagem de Jano no anverso e a legenda ROMA sob a quadriga guiada por Júpiter na outra face; no reverso do asse, em contraposição ao Jano do anverso, figura a proa de um navio; em 213, em plena II Guerra Púnica e por dificuldades financeiras decorrentes do esforço de guerra, o *quadrigatus* dá lugar ao *victoriatu*s de prata, com Júpiter no anverso

⁶⁰ Martin, Chauvot, Cébeillac-Gervasoni 2010 134-135.

⁶¹ Cary – Scullard 1975 106-107 e 189; segundo Crawford 1989 45, na sua maioria, os comerciantes presentes no Mediterrâneo durante o séc. II eram, até à Guerra Social, não cidadãos, mas aliados itálicos e especificamente da Campânia, onde o porto de Pozzuoli se torna «a placa giratória» de toda a Itália (Martin, Chauvot, Cébeillac-Gervasoni 2010 134).

e, no reverso, iconografia de *Victoria* com palma e a legenda ROMA; o *aureus* é cunhado por 209. O sistema metrológico surge em 214-211 com o fim do *quadrigatus* e a criação do denário de prata e suas subdivisões, e a equivalência ao bronze: 1 denário de prata = 10 asses de bronze; 1 quinário = 5 asses; 1 sestércio (IIS) = 2,5 asses⁶². Este sistema metrológico, baseado no asse de bronze de 54 gramas, veio facilitar as transações e teve aceitação em todo o Mediterrâneo.

Plauto atesta a presença dos primeiros cambistas no *forum*⁶³. O denário de prata, acaso conjugando a imagem de Roma com a dos Dioscuros, tornou-se rapidamente a moeda dominante em toda a Itália, com várias cidades a cessarem as suas emissões autónomas, a ponto de Roma dispensar o gentílico como legenda numismática⁶⁴. A credibilidade da moeda romana na Itália e no Mediterrâneo será garantida pela manutenção do peso e do teor da liga, por isso virá a servir para tesaurização mesmo em países longínquos, como a Taprobana⁶⁵.

E suma, a história da moeda romana evidencia a assimilação de modelos gregos da Campânia, tornando-se uma moeda civilizada, com uma progressão que substitui o gentílico à maneira grega pela legenda ROMA, com uma iconografia de modelo grego mas consteúdo cívico nacional, comercial e imperial visível tanto nos motivos como nas legendas.

2.2.3 Criação de uma agricultura virada para o lucro

Durante a II Guerra Púnica, as devastações provocadas pela invasão de Aníbal com as suas deambulações por território itálico provocaram avultadas perdas de camponeses em combate e em razias, desabitação do

⁶² Le Glay 1991 72-73; Cary – Scullard 1975 106-107; Salmon 1982 70-71 e 85-87.

⁶³ Pl. *Cur.*480: «Junto das Tabernas Velhas, é onde se encontram os que emprestam e os que pedem dinheiro a juros»; recordar a figura de Licão em *Cur.*345, 420, 559, 618, 712, 721-722; do usurário em *Mos.*532-689; ver também *Ep.*143 e *Capt.*193 e 449.

⁶⁴ A retoma de emissões itálicas não romanas só se dará na Guerra Social (91-87) e mesmo então o modelo é o denário.

⁶⁵ Plin. *Nat.*6.85; e 33.44 ss. sobre a moeda em Roma, em relação explícita com as Guerras Púnicas.

cultivo dos campos por ausência prolongada em campanhas, incluindo as posteriores à vitória sobre Cartago, e falta de liquidez para novas culturas que exigiam investimento de capital vultuoso e sem retorno rápido, levando ao desaparecimento da pequena propriedade⁶⁶. Ora, capital era o que não faltava à elite romana graças às conquistas. E «uma vez que a classe superior romana retirava a maior parte do seu rendimento normal de terras, um aumento geral da sua riqueza era necessariamente acompanhado pela formação de grandes propriedades»⁶⁷, até porque a lei Cláudia de 218 limitava os senadores à riqueza fundiária e vedava-lhes o grande comércio marítimo, o que não significava que o comércio lhes não interessasse⁶⁸.

Agravando a situação, a cultura do trigo, mais barato quando importado especialmente da Sicília e da Hispânia, ou se limita ao autoconsumo ou é abandonada, mostrando-se a Itália incapaz de alimentar a população cada vez maior de Roma, que aumentava tanto mais quanto «a subsistência era barata e o divertimento não custava nada»⁶⁹.

Por mais tentativas de restrição, como nas leis *Liciniae Sextiae* de 367, provavelmente renovadas posteriormente, tentassem limitar a extensão de terra apropriada em domínios públicos (*ager publicus*), surgem latifúndios baseados em novas culturas do azeite e do vinho e na pecuária em larga escala e com transumância entre propriedades. Muitos desses grandes domínios, particularmente na Itália central e do sul (na Gália Cisalpina

⁶⁶ Sobre a matéria, ver Hinard 2000 456-458 e 538: «la guerre d'Hannibal avait marqué une césure capitale dans l'histoire économique et sociale de la cité romaine»; todavia, Salmon 1982 84 enfatiza as vantagens tiradas por Roma de tais devastações: «The ultimate beneficiary was Rome, for it fell upon her as the directing state to play the leading role in preventing an economic collapse». Ver também Cary – Scullard 1975 186-187; Roldán Hervás 2005 156-158; Martin, Chauvot, Cébeillac-Gervasoni 2010 121-123.

⁶⁷ Hopkins 1978 48.

⁶⁸ Cary – Scullard 1975 122 e 189-190 (além da agricultura, a classe senatorial enriquecia com o saque e a administração das províncias); Rawson 1989 47: «Italian exports were largely in agricultural produce ... great landowners may have traded in the name of freedmen»; Roldán Hervás 2005 161-162.

⁶⁹ Cary – Scullard 1975 186 e 178. Sobre a transição da autossuficiência da Itália em trigo para a sua importação das províncias, ver Varrão, *RR 2. praef.* 3: I «Então, porque agora os pais de família quase sempre se insinuaram intramuros depois de deixarem a foice e o arado e preferiram mover as mãos no teatro e no circo a fazê-lo nas searas e nos vinhedos, pagamos quem nos traga trigo da África e da Sardenha para saciarmo-nos com ele e (...) navios provenientes de Cós e de Quios» (trad. M. Trevizam); Columela, 1. *praef.* 19-20; Plin. *Nat.* 18.15 («quando nenhuma província alimentava a Itália»).

houvera distribuição de terras por pequenos agricultores), pertenciam a proprietários absentistas que, até por terem várias propriedades em regiões diferentes, deixavam a sua gestão nas mãos de um intendente escravo (*vilicus*). Foi para eles que Catão o Censor propôs uma nova teoria económica, baseada numa agricultura racional e científica de autossuficiência e lucro⁷⁰.

Mas a dependência do trigo importado por via marítima e fluvial, com as suas contingências, é suscetível de causar problemas de abastecimento (*annona*), com carestia, flutuação de preços, açambarcamento e especulação. Em consequência, vêm a impor-se medidas de caráter providencial por parte do Estado, o qual, à míngua de um sistema de segurança social, exerce a caridade pública através da curadoria da *annona*, benemerência iniciada com as distribuições de trigo a baixo preço (*frumentationes*) previstas na *lex Sempronia frumentaria* de 123, de Gaio Semprônio Graco, e possíveis graças aos recursos provenientes da expansão⁷¹.

2.2.4. O enorme afluxo de riqueza e o capitalismo romano

Por outro lado, a ocupação, pilhagem e exploração dos territórios conquistados, incluindo minas de materiais preciosos, como em Espanha e na Macedónia, cujo precedente já se encontra na conquista de Veios em 396, juntamente com a imposição de indemnizações de guerra e de contribuições várias que provocam grande afluxo de capital, «levaram os Romanos a um nível material de prosperidade que excedia o de qualquer outro povo do Mediterrâneo»⁷². A importação de artigos de luxo provoca o aumento

⁷⁰ Dench 1995 83-84; Carey – Scullard 1975 186-187; Martin, Chauvot, Cébeillac-Gervasoni 2010 131-133. A importância da figura do *vilicus* no domínio da gestão é de tal monta que é uma das analogias para designar a ação do governante ideal em Cícero, *Rep.*5.5; ver Catão, cap. 7 e 152, onde refere os deveres da *vilica*, como acontecerá com Columela e Varrão.

⁷¹ Harris 1992 73: «It could only be sustained by the treasury of an empire».

⁷² Cary – Scullard 1975 190 e 182; Crawford 1989 31; Harris 1992 67 (a relação entre expansão e riqueza teria sido percebida desde as vitórias sobre os Sabinos); Hinard 2000 289 («os Romanos podiam ser tidos como um povo predador, à imagem da loba que aleitara os gémeos»). Sobre a imposição de tributos em prata aos vencidos, logo desde a II Guerra Púnica, e depois em ouro, e sobre a riqueza e o luxo decorrentes da expansão, ver Plin.

do custo de vida, com diferenciação social agravada pela enorme fortuna de alguns magnates, cujo fausto, além de luxo, correspondia a uma mentalidade típica, que exigia ostentação como prova de estatuto social⁷³. Reflexo de tal situação encontra-se nas leis sumptuárias emanadas pelos censores, que, além da razão moral e social⁷⁴ e de tentarem refrear os gastos da elite⁷⁵, procuravam evitar a saída de divisas sobretudo em direção ao oriente, fornecedor dos mais caros produtos de comércio: perfumes exóticos, que já teriam sido proibidos por 190⁷⁶, sedas, tecidos coloridos, especiarias, vinhos, mármore e materiais de construção, decoração e mobiliário, gemas, sem esquecer as obras de arte⁷⁷.

Simultaneamente, e já desde as dificuldades financeiras no início da II Guerra Púnica, a ausência de um sistema público de cobrança fiscal leva à adjudicação dos impostos a sociedades de publicanos, também capazes de assegurar empréstimos (embora aqui também atuassem *negotiatores*,

*Nat.*33.51, 55-57 (em 167, depois da vitória sobre Perseu, o povo romano deixou de pagar tributo), 138, 141-144, 147-150; 34.36; Gruen 1996 69 (produto do saque entre 194 e 187 (triumfos de Tito Flamínio, Acílio Glabrião, Lúcio Cipião, Fúlvio Nobilior), 133-134, 138 ss. (reflexos em Plauto).

⁷³ Esta equação é registada por Plin. *Nat.*22.14: «Os prazeres refinados e o luxo fizeram aumentar o custo de vida»; Gruen 1996 72; «the ostentation and excesses that could be associated with Hellenism».

⁷⁴ Enquanto fator de afirmação política, até por nem todos terem a mesma possibilidade de ostentação, a riqueza individual, já constante do elogio fúnebre de Lúcio Cecílio Metelo pronunciado em 221, colidia com os valores tradicionais que preferiam enfatizar o património coletivo, sendo por isso uma das pedras de toque na divergência ideológica entre Catão e os Cipiões: cf. Hinard 2000 475 ss., 506-507 («l'afflux d'argent combiné au désir d'exalter les réussites personnelles ... certains membres de l'aristocratie sénatoriale avaient transformé leur richesse en moyen de pouvoir politique»), 538-540.

⁷⁵ Ver Gruen 1996 170-173 para a inserção deste tipo de legislação na resistência ao helenismo.

⁷⁶ Cf. Plin. *Nat.*13.24: «Indubitável é que, depois da vitória sobre o rei Antíoco e a Ásia, os censores proibiram a venda de perfumes exóticos».

⁷⁷ Para a época que nos interessa mais diretamente, a *lex Metilia de fullonibus*, de 217, regulava o luxo no vestuário; a célebre *lex Oppia sumptuaria* de 215, depois revogada pela *lex Valeria Fundania* de 195, interditava às matronas o uso de vestuário multicolor, de mais de uma libra em ouro, de carros de dois cavalos em Roma; a *lex Orchia de coenis*, de 181, limitou o número de convivas; a *lex Fania cibaria*, de 161, regulou a despesa por conviva, fixou em três o número de convidados, vedou o consumo de aves, exceto galinhas de engorda, e provavelmente de vinho importado; a *lex Didia sumptuaria*, de 143, estendeu a *lex Fannia* aos aliados itálicos, restrições depois prosseguidas pela *lex Aemilia sumptuaria* de 115 e pela *lex Licinia sumptuaria*, anterior a 103. César e Augusto seguirão o mesmo caminho em 46 e 18. Ver Rotondi 1996 passim; Hinard 2000 506-508.

nomeadamente Gregos e orientais, a título individual) ou avanços de capital, arrematação de fornecimento de fardas para o exército (como na Hispânia em 215, supostamente a primeira sociedade de publicanos; ver Lívio, 25.3.8-11), grandes obras e explorações mineiras, necessidades financeiras públicas, do Estado e até de províncias⁷⁸. Aqui, tais práticas cedo se transformam em motivo de contenda com governadores e com os próprios provinciais⁷⁹.

Significa isto que, graças à acumulação de ouro, prata e riquezas de todo o Mediterrâneo em suas mãos⁸⁰, os Romanos, mais do que dedicarem-se diretamente ao comércio, se especializaram em grandes operações financeiras, seguros e resseguros, sociedades de publicanos organizadas para a cobrança de taxas e impostos, adjudicação dos mais diversos contratos, sistemas de pagamento desmaterializado imitados dos Gregos, mas com o espírito legal romano a criar a respetiva personalidade jurídica⁸¹.

Tal realidade não causará admiração se se tiver em conta o que Cícero, avatar do pensamento tradicional, escreve em *Tratado dos Deveres*.1.151, depois de desprezar todo o trabalho manual e antes de exaltar acima de tudo a agricultura:

«O comércio, sendo de pequena monta, deve ser considerado sórdido; se é comércio grande e de monta, trazendo muitas mercadorias de todas as partes e distribuindo-as por muita gente sem enganar, não só não merece censura como até (...) parece poder ser louvado pelos melhores motivos».

⁷⁸ Harris 1992 95: «In the provinces it was probably the *publicani* who benefited most, since they possessed some cohesive political strength, especially after their admission to the *repetundae juris*».

⁷⁹ Os abusos nas províncias foram objeto de legislação por parte de Gaio Semprônio Graco; cf. Cary – Scullard 1975 173-176; 189-190; Hinard 2000 480. Tac. *Ag.* 15, 20 e 31 relaciona os abusos de poder na Britânia com revoltas locais, mas desde a ocupação da Sicília que são conhecidos os desmandos de governadores como Verres. Uma forma específica de abuso eram os empréstimos a potentados locais e cidades de província, praticados por indivíduos ou sociedades mas também por personalidades como Bruto, Pompeu, Cláudio ou Séneca, por vezes com juros ilícitos ou pressões para pagamento fora do aprazado. Como escreve Harris 1992 77: «The opportunities for self-enrichment open to provincial governors and their immediate subordinates were very extensive even in peaceful conditions»; ver também p.159-160.

⁸⁰ Cary – Scullard 1975 189-190.

⁸¹ Hinard 2000 519-520.

Observe-se, finalmente, que se gerou na antiguidade uma equação entre luxo e decadência, fixando-se o período mais crítico por 189-132, sem prejuízo de momentos anteriores, como a tomada de Siracusa em 212⁸². A relação direta entre expansão e decadência é um lugar comum que encontramos bem expresso em Plin. *Nat.*14.5: «A extensão do território e a imensidão dos bens materiais causou dano às gerações vindouras». É que, como escreve Grimal 1975 236, «Les richesses affluient, en même temps que les idées et les modes».

2.3 Consequências sociais e políticas

2.3.1. Reforço do aparelho militar

Durante as **Guerras Púnicas**, em especial a II, as necessidades de comandos prolongados, o contacto direto dos comandantes com as populações e potentados locais, que nalguns casos se tornam clientes da sua pessoa (é o caso de algumas populações da Hispânia e, por exemplo do rei Masinissa na África), bem como o aparecimento de líderes carismáticos, como Públio Cornélio Cipião – comandante aos 24 anos graças a um proconsulado extraordinário e proclamado rei pelos Hispânicos em 207⁸³ –, e, mais tarde Mário, Sula, Pompeu e César, originam um reforço das lideranças pessoais que abre portas a uma conceção de chefia política centrada na figura de personalidades eminentes, mormente militares.

Esta evolução já se adivinhava quando, em 326, foi prorrogado o mandato proconsular de Publílio Filo em relação com o cerco de Nápoles⁸⁴. Também nos anos 296-295, por ocasião da III Guerra Samnita, da campanha

⁸² Liv. 25.40; Tito Lívio enumera as riquezas estrangeiras trazidas da Ásia por Lúcio Cornélio Cipião Asiático após a vitória sobre Antíoco em 189 (37.59.3-5) e de Gneu Mânlio Vulsão sobre os Gálatas em 188-187 (39.6.7: «a origem do luxo estrangeiro foi trazida para a cidade pelo exército Asiático ... eram as sementes do luxo futuro»); cf. Plin. *Nat.*33.148-150: entre 189 e 133, incluindo a destruição de Cartago; ver Oliveira 1992 64-77.

⁸³ Roman 2000 122.

⁸⁴ Cary – Scullard 1975 81 e 91; Cornell 1995 370.

contra a Lucânia e da vitória de Sentino – «o maior enfrentamento militar alguma vez concretizado em solo itálico ... selou o destino da Itália»⁸⁵ –, houve necessidade recorrer a prorrogação e a comandos extraordinários.

Este reforço das lideranças habituou os grandes generais a agirem fora do quadro constitucional (como sucedeu com Cipião Africano, supremo comandante entre 210 e 201, e se repetirá com Pompeu), ou até por iniciativa própria⁸⁶, e virá a acentuar-se com a reorganização militar de Mário, iniciada em 107⁸⁷.

Mas não há caudilhos militares sem exércitos, e, na época, Roma teve de jogar em cenários de guerra distantes e múltiplos, implicando um aparelho militar sólido, com uma base de recrutamento alargada e uma logística apurada. Mas rapidamente irão surgir problemas de recrutamento pela pauperização da base da pirâmide social, pela recessão demográfica causada pelas enormes perdas de homens durante as guerras, e, finalmente, durante o século II, pelo próprio desinteresse dos cidadãos pelo serviço militar⁸⁸. O exército de cidadãos é mais do que duplicado pelas tropas auxiliares, aumento especialmente notório no caso da cavalaria e na marinha, o que não impede que haja necessidade de proceder ao referido alargamento da base de recrutamento, que tanto Tibério Graco como Mário, embora por vias diferentes, irão tentar solucionar. No caso de Mário, que alistou proletários em regime de voluntariado, a sua reorganização irá reforçar ainda mais as lideranças militares, de quem os soldados dependiam para o pagamento e reforma, e dessa maneira o exército romano torna-se «a professional force for which the property qualification was first reduced and finally (in 107) abolished and whose proletarian soldiers served for years on end in far distant lands»⁸⁹.

⁸⁵ Cornell 1995 359-363.

⁸⁶ Exemplo notório é o de Gneu Mânlio Vulsão na sua campanha contra os Gálatas em 187.

⁸⁷ Cf. Carey – Scullard 1975 164, 181; Hinard 2000 456: «entorses à legalidade» na altura da II Guerra Púnica.

⁸⁸ Carey – Scullard 1975 185 e 216; Harris 1992 46; o desinteresse pelo serviço militar ecoa em Lucr. 1.42-43.

⁸⁹ Salmon 1982 119; Crawford 1989 31 (profissionalização dos soldados romanos e itálicos); Hinard 2000 460-461: depois a invasão anibálica a militarização do Estado romano é visível na criação de um exército permanente de quatro legiões afetas à defesa de Roma;

2.3.2. Incremento do papel do senado

Apesar de no séc. IV se assistir como que a um bloqueamento da elite senatorial, recrutada em famílias de antigos cônsules e periodicamente limitada pela iteração dos mesmo nomes na lista das magistraturas, particularmente em momentos críticos, a evolução tende para uma maior rotação dentro de uma elite mais alargada, o que, com o não recurso à ditadura em favor da prorrogação de mandatos, sinaliza uma oligarquia senatorial com função tendencialmente vitalícia e capacidade para absorver mesmo os senadores de origem plebeia⁹⁰, abrindo-se ainda aos cidadãos dos territórios itálicos integrados. Estes magnatas de origem municipal mantinham laços com o seu município de origem, de que frequentemente eram beneméritos (evergetismo municipal)⁹¹. Ainda assim, nos séculos III-II, entre 264 e 134, a nova elite, a *nobilitas* resultante da junção do patriciado com a casta senatorial de origem plebeia regressa a um certo fechamento promovido pelo próprio sistema, com menor aporte de novas famílias⁹². Por outro lado, pela época de Catão e dos Gracos surge forte competição entre os nobres, com divisões, afrontamento do senado e perseguições muitas vezes motivadas por questões relacionadas com a expansão e a governação das províncias.

No período das Guerras Púnicas, o sistema de rotação anual das magistraturas durante um período de campanhas militares tão prolongadas, onde era necessário assegurar planeamento de ação e de orientação política plurianuais, encontra no senado o único órgão capaz de o fazer, com essa circunstância consagrando Roma como república de caráter

Cary – Scullard 1975 184-185: após a III Guerra da Macedónia Roma descurou a cavalaria e a marinha e confiou cada vez mais em tropas auxiliares de reinos clientes, com os Romanos a fugir do serviço militar; 216; 221 (erro do senado ao desobrigar-se de proteger os legionários veteranos, confiando essa tarefa aos generais).

⁹⁰ Cornell 1995 371-373; Y. Perrin – Th. Bauzou 1997 55.

⁹¹ Y. Perrin – Th. Bauzou 1997 157: «on assiste simultanément, sur l'espace de deux ou trois générations, à la romanisation de l'Italie et à l'italianisation de Rome».

⁹² Cary – Scullard 1975 179: «uma casta governativa exclusiva»; Y. Perrin – Th. Bauzou 1997 90; Hinard 2000 459: até 146 só quatro *homines novi* chegaram ao consulado; os restantes cônsules pertenciam a uma vintena de famílias; Roman 2000 135 relaciona com a *lex Claudia* o fechamento da elite entre 218 e 179.

oligárquico⁹³. Tal evolução – que teria um marco importante na *lex Ovinia* (por 318), promotora da independência do senado e da condição vitalícia dos senadores –, torna-se bem visível no séc. II, quando «o senado dominava todos os aspetos da vida pública. De acordo com Políbio, tinha completo controlo das finanças públicas, da política militar, dos negócios estrangeiros e da lei e da ordem»⁹⁴. Pode pensar-se que essa supremacia senatorial também se fundava em razões técnicas, uma vez que, sendo os senadores antigos magistrados, esse órgão «tornou-se um reservatório de capacidade política, pois a grande maioria dos seus membros havia recebido treino nas responsabilidades administrativas». Ou, dito de outra forma, «a consolidação do seu poder era um resultado inevitável das conquistas ultramarinas, que contribuíram altamente para a esfera de ação e complexidade da administração e tornaram mais premente a necessidade de um órgão de coordenação»⁹⁵.

2.3.3. Ascensão da ordem equestre (*equites*)

Por outro lado, embora sem grandes feitos na indústria e no artesanato, beneficiando da sua capacidade de organização e das prerrogativas do grande comércio, da banca e da adjudicação de grandes obras públicas e do empréstimo de dinheiro ao próprio Estado – áreas onde os Romanos, muitas vezes organizados em sociedades comerciais, ultrapassaram os restantes concorrentes⁹⁶ –, assiste-se a uma afirmação da ordem equestre, designada pelas expressões *equites*, *equester ordo*, que no século II engloba todos os detentores de uma fortuna mínima de 400.000 sestércios. Especializado-se nas atividades lucrativas do comércio acima referidas, apesar de alguns episódios de entrada na política, com a criação de tribunais permanentes especiais com foro sobre abusos de governadores (*quaestiones perpetuae*) em 149, pela *lex Calpurnia*, e sem prejuízo dos laços até

⁹³ Ver Roldán Hervás 2005 151-154; Martin, Chauvot, Cébeillac-Gervasoni 2010 127-128.

⁹⁴ Cornell 1995 369; cf. Cary – Scullard 1975 130 e 178-180; Plb. 6.13-18 e 6.51.6-8.

⁹⁵ Cary – Scullard 1975 99 e 179.

⁹⁶ Cf. Carey – Scullard 1975 189.

familiares com a ordem senatorial⁹⁷, os *equites* vêm a alhear-se da política e a afirmar-se pela riqueza, pela cultura e pelo mecenatismo cultural e artístico. Esta evolução, «paralela ao desenvolvimento dos interesses romanos no mundo mediterrânico»⁹⁸, é um dos factos mais significativos da época, com reflexos inclusive na futura organização da administração imperial.

2.3.4. Pauperização das camadas mais baixas da sociedade

Mas o enriquecimento das camadas privilegiadas e o aumento do custo de vida implicavam a pauperização das camadas mais baixas, particularmente na cidade de Roma, onde a plebe enfrenta carestia de vida, falta de trabalho e competição no mercado de trabalho com escravos e estrangeiros. Nas franjas dessa plebe destaca-se uma plebe urbana *infima* ‘da mais baixa condição’ e parasita, uma espécie de *Lumpenproletariat*. Para obviar à situação, foram tentadas várias medidas, desde a contenção da atribuição de cidadania ao envio de cidadãos pobres a fundar colónias e à subvenção dos bens alimentares e distribuição de trigo (*frumentationes*) como forma de caridade pública, à múngua daquilo que hoje chamamos estado social ou providência. A situação cria em Roma, ainda, a necessidade de preenchimento do tempo, isto é, torna-se necessário oferecer atividades de lazer, com aumento do número de festivais (*ludi*)⁹⁹, para obviar às consequências sociais da falta de ocupação e preencher o lazer. Necessidades tanto mais prementes quanto se dera um aumento enorme da população de Roma, com uma plebe cosmopolita suscetível também de ser usada e manipulada para fins políticos, por meio de distribuições de vinhos e víveres (*congiaria*), festivais, que se multiplicaram em número e em duração entre 220 e 173, e corrupção eleitoral (*ambitus*)¹⁰⁰.

⁹⁷ Martin, Chauvot, Cébeillac-Gervasoni 2010 128: «até 133 não existe uma ordem equestre claramente separada da ordem senatorial».

⁹⁸ Grimal 1975 237 n.1.

⁹⁹ Sobre os festivais romanos, ver Balsdon 1967, em esp. cap. «VIII Holidays at Home: Public Entertainment»; Cary – Scullard 1975 178.

¹⁰⁰ A atração por Roma foi de tal ordem que, em 187, o Lácio recambiou 12.000 aliados latinos que se haviam inscrito no censo de Roma.

2.3.5. Emancipação feminina

Fica implícito que, particularmente durante as Guerras Púnicas, a ausência e morte de maridos ajudou a um movimento de emancipação da mulher que, embora mais reportado ao séc. I, encontra já aqui evidente prova¹⁰¹. Tal emancipação implicava acesso à riqueza – que a referida *lex Voconia* tentou limitar e de que são indício as *uxores dotatae* ou mulheres com dote da comédia plautina¹⁰² –, à educação, à facilitação do divórcio e ao casamento *sine manu*, isto é, consórcio sem submissão à tutela do marido.

Esta evolução encontra eco no satirista Lucílio (180-102/101)¹⁰³, onde, e esquecendo os traços misóginos mais tradicionais e as figuras de meretrizes, são recorrentes as referências ao adultério de mulheres casadas, ao desinteresse pela procriação, à lubricidade feminina, aos excessos de toilette, sobretudo quando recebem visitas, a mulheres capazes de saídas suspeitas e de recorrer a intermediárias para amores escusos, até de se venderem como prostitutas, com ou sem maridos complacentes, e, finalmente, prontas a pôr o marido a dormir em quarto separado (fr.684-685 M):

«Não lhe vou sequer dar em ferro quanto me pede em ouro;
se dormir à parte, também não vai conseguir o que me está a pedir».

Tal imagem de mulher lúbrica e sexualmente agressiva é bem marcada no epíteto *virosa* ‘corredora de homens’ que, no fr. 282-283 M, retoma a expressão de um autor da comédia *togata*, de ambiente itálico, Afrânio (*Divortium*, fr.62 Ribbeck). Ora, neste tipo de comédia, o estudo das obras de Titínio (primeira metade do séc. II), Afrânio (fl. 104-94) e Ata (m.77) mostra uma mulher que enfrenta o marido com boas ou más artes, que é soberba, que usa o dote para submeter o cônjuge ao seu capricho

¹⁰¹ Cary – Scullard 1975 191.

¹⁰² Recorde-se *Os dois Menecmos* (*Men.*766-777), onde uma pai qualifica a própria filha como daquelas «que querem pôr a pata em cima dos maridos: fiadas no dote, são mesmo umas feras»; cf. *Mos.*702-713.

¹⁰³ Ver F. Oliveira 2009, esp. p.28-32.

(Titínio, *Prilia*, 68: «Pois além de engodados com o dote, ainda são escravos das esposas!»), que gosta de tomar as rédeas (Titínio, *Setina* ‘A mulher de Sétia’, 107-109 e 111), que é capaz de tomar a iniciativa do divórcio (Afrânio, *Vopiscus*, 362-364)¹⁰⁴, que não se compraz em ficar em casa à espera do marido (Afrânio, *Incendium*, 199-200). Situações que evocam peripécias cômicas como as do *Truculento* de Plauto ou do *Eunuco* de Terêncio, onde é a mulher que conduz o jogo.

E, em relação ao casamento, tal como no enredo do *Estico* de Plauto, é clara a ideia de contenção do poder de o *paterfamilias* promover o divórcio das filhas casadas *sine manu* (Afrânio, *Divortium*, 56-58):

«Grande patifaria! Duas jovens excelentes
em boa harmonia, em concórdia com os maridos,
de repente obrigadas a separar-se pela javardice de um pai!»

Em suma, como escrevi alhures, «a mulher da *togata* apresenta claras vozes de liberdade, independência, insubmissão e até de reivindicação de um estatuto mais igualitário, o que suscita no homem verdadeira apreensão, perplexidade e até temor. Essa dualidade é especialmente visível quanto ao relacionamento marital, que reflete atitudes antagônicas por parte do masculino, a oscilar entre o repúdio do casamento e a nobilitação do amor conjugal numa perspectiva de cooperação (Afrânio, *Privignus*, 250) e de mútua afeição, incluindo laivos de amor-paixão»¹⁰⁵.

E constitui prova indireta da emancipação da mulher o facto de, na época, começarem a aparecer mulheres com acesso a uma cultura superior que não escondiam: é o caso de Cornélia, a mãe dos Gracos¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Em qualquer caso, assistimos a uma banalização do divórcio, que provavelmente tendo existido desde Rómulo e sendo tratado na Lei das XII Tábuas, na verdade só deixou a primeira notícia segura em 230, com o caso de Espúrio Carvílio Ruga. Que a iniciativa do divórcio podia partir da mulher, já se encontra em Plauto inclusive com a fórmula legal (*Anfitrião* 928: «Passa bem. Fica com as tuas coisas, entrega-me as minhas»; *Os dois Menecmos*, quando uma filha chama o pai para a levar de casa do marido, pois que, sendo casada *sine manu*, deve o pai sancionar o divórcio, v.782: «trata de me levar desta casa»).

¹⁰⁵ Oliveira 2010 367.

¹⁰⁶ Vide à frente Mantas, cap. 8 §3.

2.4 Consequências culturais: helenismo e anti-helenismo em Roma

2.4.1. Perspetivas de análise teórica

Com frequência se ouve dizer que a cultura romana não existe ou não é mais do que um produto do helenismo. Ora é um facto que a afirmação de Roma se dá num mundo genericamente colorido por uma tonalidade helenística, incluindo Cartago, mas também não se pode negar que o próprio helenismo é desde muito cedo herdeiro de influências orientais muito claras e não é de excluir que também se tenha aberto a trocas culturais com o mundo ocidental onde implantou colónias.

Acresce que Romanos e Gregos partilhavam quadros ideológicos provenientes quer da herança cultural indo-europeia comum – fenómeno que tem sido estudado tanto sob o ponto de vista da mitologia e da ideologia como na vertente linguística –, quer de um substrato mediterrânico onde se multiplicavam sagas que transparecem ao longo da história, por exemplo as ligadas à pervivência de registos de matriarcado.

Assim sendo, não é de admirar que, por mais brilhantes e com desenvolvimento anterior, certos aspetos do helenismo tenham colorido a cultura romana de uma forma mais notória que o inverso.

Mas comecemos por discutir esse fenómeno da helenização da cultura romana enquanto fenómeno de aculturação. Para isso, teremos de introduzir alguns conceitos teóricos que permitam analisar esse processo de trocas culturais onde, à primeira vista, «a Grécia vencida acabou por vencer o feroz vencedor»¹⁰⁷.

Antes de mais, em vez de helenização deve falar-se em helenizações. Isto é, não houve um movimento contínuo e geral de adoção, pelos Romanos, dos produtos culturais gregos. Os contactos e trocas existiram mesmo antes de Roma existir, pois na zona da civilização lacial, e na península itálica em geral, a arqueologia pôs a descoberto

¹⁰⁷ Ver Hor. *Ep.* 2.1.156 sobre a influência grega: *Graecia capta ferum victorem cepit*; e Cornell 1995 159 para o influxo de uma civilização mais avançada, a etrusca, sobre Roma.

artefactos que provam a presença de Aqueus desde o séc. XIII. E não é por acaso que, também neste ponto, a arqueologia só vem confirmar a lenda da presença de Gregos e Troianos desde os tempos da Guerra de Troia¹⁰⁸ ou da mais longínqua memória dos inícios de Roma evocados pelo culto de Hércules na Ara Máxima¹⁰⁹. Cornell enfatiza a chegada de colonos gregos a partir de 770 – com fixação na ilha de Ísquia ou Pithecusas antes de fundarem a colônia de Cumas por 750 –, como «o mais importante fator de mudança e desenvolvimento na história de Roma (e da Itália)»¹¹⁰. Não admira, pois, que no próprio sítio de Roma se multipliquem, mesmo no período monárquico, as provas de influência grega, reportada por Cícero à época de Anco Márcio¹¹¹, e inferível na lenda de Demarato e de seu filho Lúcio (Plb. 6.11a7). Por essa altura, a influência ligar-se-ia sobretudo à formação do Estado, isto é, teria caráter político e militar, com a reforma das centúrias e das tribos por Sêrvio Túlio¹¹², mas também religioso¹¹³, visível no próprio nascimento do Estado e no fenómeno de urbanização, aparecendo os Etruscos porventura como intermediários. Uma evolução notória e comum a áreas contíguas do Lácio e da Etrúria implica a construção de templos em honra de divindades de origem grega, um movimento do final da monarquia e inícios da República que, sob influência grega mediada pelos Etruscos¹¹⁴, substitui a tríade primitiva (Júpiter, Marte, Quirino) pela tríade capitolina (Júpiter, Juno, Minerva) no culto oficial. Essa mesma fase final de monarquia, com a colagem de Tarquínio o Soberbo à

¹⁰⁸ Recordar a visita de Eneias ao reino de Evandro no canto VIII da *Eneida*; cf. Dench 1995 70, 79.

¹⁰⁹ Cf. Cornell 1995 40.

¹¹⁰ Cornell 1995 92.

¹¹¹ Cic. *Rep.* 2.34, sobre a chegada de Demarato a solo itálico: «Mas nesse momento pela primeira vez a nossa cidade parece ter-se tornado mais douta graças a conhecimentos transplantados. Efetivamente, correu da Grécia para esta urbe, não um ténue riacho, mas o caudaloso rio daquelas suas disciplinas e artes» (trad. F. Oliveira).

¹¹² Cornell 1995 194; sobre as implicações militares da reforma, ver Hinard 2000 123-126.

¹¹³ Recordar a identificação de Vulcano com Hefestos em achados arqueológicos de 580-570, bem como a presença de estátuas de Minerva e de Hércules na zona de Sant'Omobono; cf. Cornell 1995 162-163.

¹¹⁴ Cf. Cornell 1995 159 ss. para a discussão crítica sobre a influência etrusca.

imagem do tirano grego e a coincidência do seu derrube com a queda dos Pisístratos em Atenas, permite afirmar que «os derradeiros reis de Roma tinham plena consciência do que faziam os tiranos gregos seus contemporâneos», e «procuravam definir a sua posição em termos de modelos de realeza grega e do próximo oriente»¹¹⁵.

Assim, e para concluir, desde as mais remotas origens Roma abria-se à influência grega de forma direta e indireta, e isso é visível de forma particular na religião.

De qualquer modo, desde as origens até inícios da República, vemos Roma conviver com influências e presença de estrangeiros, inclusive nos mais altos postos políticos, a começar por reis, como Tito Tácio e os próprios monarcas etruscos, e sem perda de identidade¹¹⁶. Que Roma era uma cidade aberta a estrangeiros, di-lo Políbio ao contar a história da imigração do filho de Demarato de Corinto, Lúcio Tarquínio, que, com o conselho da mulher, compreendeu que em Roma facilmente receberia o direito de cidadania e veria abrirem-se-lhe as portas do poder supremo (Plb. 6.11a7). Mas tal facto não era específico de Roma.

Sirva esta introdução para aclarar a distinção helenização / helenizações. Em sentido lato, deve entender-se a expressão “helenização da cultura romana” como um movimento geral de trocas culturais entre Roma e o helenismo inseridas numa tendência geral da época, quando o helenismo, como cultura superior, tendia a criar uma espécie de cultura comum, chamada *koine* cultural, no Mediterrâneo. O conceito de helenizações tem a ver tanto com as fases cronológicas em que essas trocas se iniciaram, se deram e, porventura, se intensificaram, como com os domínios das trocas. Quanto às fases, para além do que foi dito, torna-se bastante claro, por exemplo, que nos séc. IV-II, durante os confrontos com Samnitas e a intervenção na Campânia, a conquista de Tarento e o contacto direto com a Grécia e com a Ásia helenística, houve uma política deliberada de «autopromoção de Roma dirigida tanto às cidade gregas do sul da Itália como ao mundo helenístico em geral ...

¹¹⁵ Ver Cornell 1995 145 e 148 respetivamente.

¹¹⁶ Cornell 1995 157.

ostentando as suas credenciais como amiga das cidades gregas»¹¹⁷, sinal de uma intensificação da abertura ao helenismo. No séc. IV, por alturas da III Guerra Samnita e da aliança com Nápoles em 326, Roma não só derrotava os bárbaros inimigos das colónias gregas como respeitava as tradições das cidades gregas aliadas: mostrava-se, pois, senão protetora do helenismo, pelo menos uma «cidade filelénica»¹¹⁸.

E nesta fase se verifica, de forma para nós muito clara, pois a memória está bem preservada em fontes literárias e arqueológicas credíveis, que Roma comandava o fluxo das novidades a que se abria, e fazia-o certamente para colmatar necessidades que sentia. Isto é, não era o vencido que dominava o vencedor, era o vencedor que procurava escolher, como sempre tinha feito ao longo da sua história, aquilo que de mais útil o vencido lhe podia fornecer. Assim se compreende que foi esta a época da chegada da grande literatura grega a Roma; a tragédia e a épica, com Lívio Andronico; a comédia, que lhe fazia contraponto e respondia à introdução de um teatro literário de que Roma sentiu necessidade logo quando entendeu oferecê-lo nas grandes festividades comemorativas do fim da I Guerra Púnica; o verso adequado a uma linguagem poética mais dúctil e variada – o hexâmetro dactílico introduzido por Ênio. Nessa ocasião, o teatro literário era aceite com uma função política, mostrar a Hierão de Siracusa, o grande aliado contra os Púnicos, que culturalmente Roma não ficava atrás da brilhante metrópole siciliana. E talvez respondesse também, acautelando o perigo da teatrocracia, à necessidade de lazer que aprendera com os Tarentinos, grandes apreciadores de teatro. Por essa mesma altura, assoma em Roma o interesse pela filosofia, sendo ainda legítimo pensar que também a retórica grega começou então a ser apreciada. Olhando para outros campos, como a historiografia e a lírica, verificamos que tais domínios da cultura só vieram a ser procurados mais tarde, nalguns casos só com Catulo, Horácio e Ovídio, já na I metade do

¹¹⁷ Dench 1995 68-69.

¹¹⁸ Hinard 2000 305 e 335; cf. 323 para as cidades gregas do sul da Itália após a capitulação de Tarento, com Roma a mostrar-se «ostensivamente como a nova protetora dos Gregos da Itália»; Heraclides do Ponto, fr.103, considerava Roma uma cidade grega (πόλις Ἑλληνίδα Ῥώμην) aquando da invasão gaulesa de 390.

séc. I e no início da era cristã, quando a mentalidade romana se começou a abrir à necessidade de dar vazão à expressão do eu.

O que acabei de expor permite, pois, reafirmar, que eram os Romanos que comandavam o influxo da cultura grega. E é nisto que se pode perceber que o fenómeno da helenização não impede a proclamação da originalidade da cultura romana, a qual, utilizando a imagética da cristalografia, contra as leis da química, absorveu a cultura grega sem perder a sua forma, fenómeno inesperado a que se chama pseudomorfose, por o resultado ser contrário ao resultado mais esperado e que canonicamente seria o verdadeiro, a alteração da forma. A originalidade de Roma é, pois, a capacidade de sintetizar outras culturas sem perda de identidade, e isso foi o que a Urbe aprendeu a fazer desde as origens, como sociedade que sempre foi aberta e que transformou essa abertura em capacidade de assimilação, incorporação e tolerância, em instrumento de dominação e aceitação do seu poderio. É isso o que nos diz Políbio quando recorda a adoção do gládio ibérico pelos *bastati* romanos (Plb. 6.23.6) e a adoção de armamento de tipo grego pelos cavaleiros (Plb. 6.25.8): «Depois de isso observarem, trataram imediatamente de imitar. De facto, se é que outros existem, os Romanos são especialistas em mudar as suas práticas e em porfiar pelo melhor» (Plb. 6.25.11; cf. 1.20.15).

A postura psicológica dos Romanos perante as culturas estrangeiras é, pois, seletiva e pragmática, como observa Políbio quando elogia a forma como os mesmos organizam os acampamentos militares, de modo oposto ao dos Gregos (Plb. 6.42), ou o comportamento dos Romanos perante os dinheiros públicos, onde revelam uma boa-fé e uma ausência de corrupção que contrasta com o comportamento dos Gregos (Plb. 6.56.13-15).

Podemos assim dizer que, perante uma cultura estrangeira, os Romanos utilizavam modalidades de contacto que podemos seria como *interpretatio* ‘tradução’, como nas comédias de Plauto, que mesmo assim não deixavam de inserir cor local; *imitatio* ‘imitação’, a postura clássica da veneração do modelo; e *aemulatio* ‘emulação’, o desejo de rivalizar e fazer melhor do que o modelo. Esta última postura, que não nega a valia do modelo, caracteriza-se por ser extremamente fecunda. Assim, tal como sucederá

com o humanismo vernáculo na época do Renascimento, foi a *aemulatio* que fez nascer a historiografia em latim, criada por Catão o Censor, ou a literatura filosófica na língua mãe, de que Cícero é o grande propugnador e representante. Dois nomes que ilustram a mesma postura, apesar de o primeiro ser frequentemente qualificado como anti-helénico e o segundo ser indubitavelmente filelénico.

Melhor: se quiséssemos procurar em Cícero ataques contra os Gregos, o material seria abundante: é que, no exame do fenómeno de helenização há que fazer intervir uma dupla perspetiva cronológica. No plano diacrónico, havia admiração pela Grécia clássica, a verdadeira Grécia, dos grandes trágicos, de Platão e de Aristóteles. Na perspetiva sincrónica, sentia-se nojo e repugnância pelos Gregos que eram incapazes de se governar, como haviam feito depois de os libertarem do jugo macedónico; que eram indulgentes com o vício e só queriam lazer, como os Tarentinos; que eram submissos, viciosos e de grão na asa, como os escravos e imigrantes com os quais os Romanos conviviam no dia a dia e a quem chamavam despetivamente *graeculi* ‘gregozinhos’ (Pl. *Cur.*288), reservando o termo *pergraecari* ‘viver à grega’ para um modo de vida de luxo e devassidão (Pl. *Mos.*22-24, 64-65 e 959-961). Assim, podemos falar de uma espécie de *love-hate relationship*, uma relação de amor e ódio que, como veremos, terá reflexos até na receção da filosofia grega em Roma.

Passando agora aos que trouxeram a cultura grega para Roma, e centrando-nos na fase de helenização generalizada nos sécs III-II, podemos considerar que a helenização chegava a Roma através de veículos diversos: pela presença de Gregos em Roma: reféns, escravos, imigrantes de numerosas profissões, embaixadores; pela passagem de Romanos pela Magna Grécia, pela Grécia e pelo mundo helenístico: militares, viajantes, comerciantes, embaixadores, jovens estudantes que aperfeiçoavam os seus estudos em grandes centros culturais, como Alexandria, Atenas, Nápoles, Pérgamo e Rodes. Nesta fase merece particular destaque a atração de intelectuais gregos por Roma: professores, médicos, retores, filósofos, geógrafos, historiadores e artistas.

É também nesta, e em particular no seguimento das grandes conquistas e da enorme influência política de duas grandes famílias romanas – os

Cipiões e os Metelos –, que na sociedade romana se agudizam antagonismos políticos com consequentes clivagens culturais relacionadas com o contacto direto com a Grécia e o oriente helenístico.

A expressão cultural dessa clivagem é traduzida em conceitos correntemente aplicados a esta época: filelenismo e anti-helenismo. Quanto ao filelenismo, é costume centrá-lo no chamado “Círculo dos Cipiões”, um grupo de amigos e clientes que gravitavam em torno de Cipião Emiliano (185-129): o comediógrafo Terêncio, o filósofo Panécio, o historiador Políbio, o cientista e também filósofo Posidónio, o sábio Lélío, os jovens oradores e juristas Fúrio Filo e Rutílio Rufo, o satirista Lucílio. A este propósito, três observações merecem ser consignadas: primeiro, a abertura dos Cipiões à cultura grega não se cinge ao referido Círculo dos Cipiões, pelo contrário, ela encontra-se atestada nos seus membros entre meados do séc. III e meados do séc. II, levando Grimal a preferir falar em “Século dos Cipiões”, título do seu livro *Le siècle des Scipions*; segundo, a abertura aos valores do helenismo não impede a defesa dos valores mais tradicionais do *mos maiorum* romano, como se vê na sua coexistência nos epitáfios da família dos Cipiões; terceiro, ao fundirem valores romanos e gregos, ao gerarem a cooperação sistemática entre Gregos e Romanos, os Cipiões são os pioneiros da nova paideia greco-romana, simbolizada, como já referimos, pela emblemática amizade e frutuosa cooperação entre Cipião Emiliano (185-129) e Políbio (c.200-c.118).

Quanto ao designado anti-helenismo em Roma, que saiu favorecido pela deserção de algumas colónias gregas durante a invasão de Aníbal, o centro do conceito é Catão o Antigo ou o Censor (234-149). Ora, é certo que ele aparece como o grande defensor dos valores romanos tradicionais e que desenvolve uma vontade de *aemulatio* ‘emulação, rivalidade’ com os Gregos que se torna culturalmente muito inovadora, em particular quando inaugura a historiografia em latim, com *Origines* ‘Origens’, e quando desenvolve a prosa filosófica com *Praecepta paterna* ‘Preceitos paternos’ ou *Carmen de moribus* ‘Poema sobre os costumes’. Mas também é certo que Catão nos oferece uma produção oratória e literária que durante pelo menos 54 anos vive da coexistência e da utilização pragmática de influências gregas, particularmente no *De agri cultura* (tratado técnico

de agricultura). Assim, tanto filelénicos como anti-helénicos aprofundaram o diálogo com a cultura grega: uns de forma mais aberta e sem questionar; os outros buscando uma aproximação mais cautelosa e tradicional, isto é, mais pragmática e sem excessivo aprofundamento especulativo. «Ele (sc. Catão) é partidário de um filtro para o helenismo, mais do que um oponente sistemático»¹¹⁹. Que melhor prova do que ter sido ele o introdutor da basílica grega em Roma? Malhas que o império tece!

Em suma, quando nos questionamos sobre a existência de uma cultura romana, isto é, quando queremos saber se, de tão helenizada, a cultura romana não passou de uma variante do helenismo, devemos aplicar o referido conceito de pseudomorfose: a verdadeira característica de Roma é a sua capacidade de absorver elementos exógenos sem perder a sua forma, isto é, enriquecendo-se sem perda de identidade.

E uma prova evidente da capacidade de utilização de elementos exógenos já encontra nas próprias lendas da fundação. De facto, «o acolhimento, no Lácio e em Roma, da lenda de Eneias, antes de mais informa-nos sobre os Romanos, sobre a sua abertura ao mundo e a sua capacidade de assimilação, que foram, sabemos-lo agora, uma das maiores características da sua cidade desde a época arcaica e que refletem, na sua tradição, as indicações sobre a diversidade de origem dos companheiros de Rómulo»¹²⁰.

Tal identidade procuravam-na os Romanos com frequência na afirmação de valores próprios que corporizavam em lendas axiológicas e em exemplos retóricos (*exempla Romana*) que propunham para imitação ou recusa: *virtus, fides, gloria, gravitas, honor, dignitas, mos maiorum, pietas, auctoritas, maiestas, iustitia, concordia, clementia, libertas, humanitas, simplicitas, frugalitas*¹²¹.

¹¹⁹ Perrin – Th. Bauzou 1997 157; Roman 2000 131: «des citoyens de l’Urbs voulaient-ils être des philhellènes en privé et des Romains rigoureux, profondément respectueux des traditions (*mos maiorum*), en public?»; Gruen 1996 78 sobre o episódio das Bacanas: «increasing tension between private assimilation of Hellenism and public distancing from it».

¹²⁰ Grandazzi 1991 255.

¹²¹ Para uma perspetiva geral e conteúdo destes conceitos, ver M. H. Rocha Pereira 2013 331-436.

2.4.2. Domínios da helenização da cultura romana

2.4.2.1. Vida quotidiana (alimentação, higiene e adornos)

As consequências da expansão fizeram-se sentir a todos os níveis da sociedade, incluindo a vida familiar e quotidiana, a habitação e a decoração.

Em jeito de brevíário ilustrativo de tal leque de influências, cito a notícia de Tito Lívio (39.6.7-9) sobre o triunfo de Gneu Mânlio Vulsão sobre os Gálatas no ano de 187:

«7. De facto, a origem do luxo estrangeiro foi importada para a cidade pelo exército da Ásia. Foram esses soldados que pela primeira vez trouxeram para Roma leitos de mesa em bronze, tapetes preciosos, tecidos pintados e outros têxteis e objetos que eram considerados magníficos como mobiliário – mesas de pé de galo e ábacos. 8. Foi então que nos jantares apareceram tocadoras de cítara e de sambuca e outros prazeres lúdicos para os convivas; e as próprias iguarias começaram a ser preparadas com maior requinte e sumptuosidade. 9. Foi então que um cozinheiro, um bem de pouca valia para os antigos, começou a ser apreciado e valorizado, e o que tinha sido uma função, começou a ser considerado arte. E o que então se via com admiração, não passava das sementes do luxo futuro».

Pormenorizando alguns domínios, refira-se que o primeiro relógio foi trazido de Catânia por Valério Messala em 263, durante a I Guerra Púnica (Plin. *Nat.*7.214).

E sem prejuízo de os barbeiros terem sido importados da Sicília anteriormente, o hábito de se barbear só começou a generalizar-se durante a II Guerra Púnica, e foi Cipião Emiliano quem o assumiu como hábito diário (Plin. *Nat.*7.211). «Se trata de un insignificante pormenor de toilette masculina y que, sin embargo, se hace entrar en el gran cuadro de las influencias helenísticas en Roma»¹²².

¹²² Paoli 1990 152; Cary – Scullard 190.

No domínio do vestuário, os Romanos tentaram, naturalmente com pouco sucesso, limitar alguns dos efeitos da invasão do luxo estrangeiro promulgando leis censórias, das quais a primeira foi a *lex Oppia* contra o luxo feminino do vestuário e jóias, do ano 215. Esta proibição causou indignada reação das matronas visadas, que começavam a acumular riqueza que a *lex Voconia* de 169 procura limitar. No vestuário masculino e feminino sobressai a importação de uma variedade de seda (*bombyx*), que vinha da Assíria e da ilha grega de Cós (Plin. *Nat.*11.75-78); as vestes atálicas introduzidas após as vitórias Lúcio Cipião e de Gneu Mânlio sobre Antíoco III, em 189 e 188 respetivamente (37.12); o uso de unguentos exóticos, que teriam invadido Roma depois dessa mesma vitória¹²³; ou as jóias, com a primeira dactiloteca a ser pertença de Escauro, genro de Sula, depois ultrapassada pela que Pompeu dedicou no Capitólio como parte do saque apresado a Mitridates (*Nat.*37.11). Essa mesma vitória foi responsável pela chegada de pérolas e jóias diversas (*Nat.*37.12).

As leis censórias afetavam outro domínio da vida quotidiana, a alimentação e banquetes. Na verdade, na sua origem a alimentação romana era essencialmente vegetariana e o pão praticamente não tinha levedura, pelo que os Romanos recebiam o epíteto de *multiphagonides* ‘comedores de papas’¹²⁴. Ora um dos motivos que levou à modificação dos hábitos alimentares foi exatamente a abertura a novas técnicas de exploração agrária intensiva conhecidas pelos livros de Magão sobre agricultura, escritos após a II Guerra Púnica e depois traduzido para latim, com aclimação de novas plantas¹²⁵ e animais. Outro foi o contacto direto com

¹²³ Plin. *Nat.*13.24: «Não me é fácil dizer quando é que eles chegaram a Roma pela primeira vez; certo é que, depois da derrota do rei Antíoco e da Síria, no ano 565 da fundação da cidade, os censores Públio Crasso e Júlio César lançaram um edito para que ninguém vendesse unguentos exóticos – era assim que lhes chamavam».

¹²⁴ Expressão de Pl. *Poen.*54; cf. *Mos.*828 (*pultifagus*). Ver Roman 2000 126-127.

¹²⁵ O percurso de aclimação do plátano é exemplar, segundo Plin. *Nat.*12.6 ss.: da Grécia passou à Sicília e daí a Régio da Calábria e à Itália, seguindo depois para a Hispânia. A origem estrangeira de certos frutos é sinalizada logo pelo nome, como o pêssego e o alperce (Plin. *Nat.*12.14: «Estrangeiros são também as cerejas e os pêssegos e todos os que têm nomes gregos ou estranhos»), ou a romã, chamada *malum Punicum*; ver 15.47, sobre a cidra, dita *Medica* ‘dos Medos’ pelos Gregos. Magão é bem referido em Plin. *Nat.*18.22, onde afirma que a tradução dos seu tratado sobre agricultura para latim foi feita por decisão do senado.

a culinária grega e oriental após a intervenção na Sicília, na Macedónia e na Síria. Assinalo quatro alterações importantes: primeiro, o interesse por iguarias e condimentos exóticos e o início da verdadeira panificação, cuja origem exterior, além de assinalada pelas fontes literárias¹²⁶, é revelada pela designação estrangeira de algumas variedades de pão: o *parthicus* ‘pão da Pérsia’, o *artolaganus* ‘pão fino com ingredientes vários’ e o *artopticus*, nome decorrente da forma de cozedura, e ainda pela *puls punica* ‘papas púnicas’; segundo, a importação e aluguer de cozinheiros, *coquus* ou *cocus* em latim (μάγειρος em grego)¹²⁷, já referidos em Plauto e certamente destinados a satisfazer o novo gosto dos Romanos por banquetes privados, *convivia* e *comissationes* correspondentes aos συμπόσια gregos (cf. Pl. *Mos.*313-310); terceiro, a preferência da elite por iguarias exóticas, luxuosas e caras, no geral importadas, incluindo vinho grego¹²⁸, ou produzidas em Roma com novas técnicas: a melhoria de espécies como o rábano; as *piscinae* para aquicultura de peixes variados, da ostra à moreia; a engorda de gansos e de galinhas, esta iniciada em Delos e trazida para Roma por 161 (Plin. *Nat.*10.139); os *vivaria* ou parques de javalis inventados por Fúlvio Lipino (*Nat.*8.211), onde a origem grega do método de criação de caça é atestada pela designação grega dada por Varrão – *quod non leporarium, sed therotrophium appellabat* ‘a que não chamavam criação de lebres, mas ‘criação de animais ferozes’); quarto – e talvez o ponto mais importante, em ligação com o acréscimo da população urbana desligada de uma agricultura de subsistência –, o aumento, a partir de 200, do consumo per capita de trigo, com diminuição da dieta vegetal em favor da carne e do peixe, os quais, devido à técnica de confeção, pediam uso acrescido de especiarias, muitas vezes

¹²⁶ Plin. *Nat.*18.107 situa em 171 a chegada dos primeiros padeiros, todavia já referidos em Pl. *As.*200, e em contexto de influência lexical grega com os helenismos *pistor* e *oenopolium*: *a pistore panem petimus, vinum ex oenopolio* «vamos buscar o pão ao pasteleiro, o vinho ao vendedor de vinho».

¹²⁷ Cf. Juv. 9.109: helenismo *archimagiri* ‘cozinheiros-chefe’; e Plin. *Nat.*33.157: *cocos magiriscia appellatos* «os cozinheiros, chamados *magiriscia*».

¹²⁸ Sobre a história dos vinhos itálicos e a importação de vinhos gregos pelo ano 121, ver Plin. *Nat.*14.94-96: termo grego *apotheca* para adega; referência ao vinho importado do ultramar no termo *transmarina*; insistência na moda do vinho grego (*Graeco vino gratia*) e no apreço especial pelo de Quios; memória da proibição, pelos censores, da venda de vinho grego.

importadas. Todas estas inovações tinham a ver tanto com a influência externa decorrente da expansão, como com a satisfação, de forma lucrativa, dos novos gostos, requintados e caros: se havia exploração é porque se conseguia lucro (cf. Plin. *Nat.*9.168-171).

2.4.2.2. Arquitetura, habitação, decoração, mobiliário e baixela

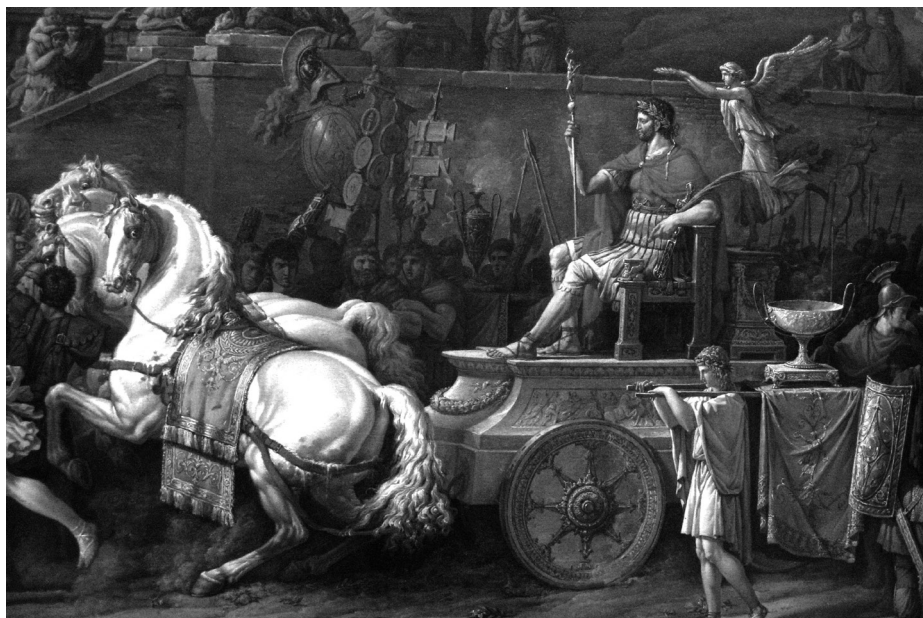


Fig. 3. O triunfo de Emílio Paulo (pormenor), - Por Carle Vernet (1789)
[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Triumph_of_Aemilius_Paulus_\(detail\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Triumph_of_Aemilius_Paulus_(detail).jpg)

A arquitetura pública abriu-se a novos edifícios de função social muitas vezes múltipla: os pórticos típicos das cidades helenísticas, o primeiro dos quais surge em 193 na zona do porto do Tibre (*porticus Aemilia*); o *porticus Octavia*, de 168, a introduzir colunas e capitéis coríntios em bronze; as basílicas, cujo primeiro exemplo – a basílica Pórcia, de 184 – é construído no foro pela mão de Catão o Antigo¹²⁹; os primeiros templos em mármore,

¹²⁹ Ver Grimal 1975 186-189 e 236 (sobre a basílica): «une forme architecturale empruntée à l'Orient». A popularidade de tal inovação vê-se no surgimento de uma segunda basílica

como os de Júpiter *Stator* ou Juno *Regina*, de 146; e, mais tarde, os grandes complexos arquitetônicos de função social e estrutura sólida: anfiteatros, teatros, termas, aquedutos (o de *Aqua Marcia* data de 144), etc.¹³⁰

No domínio do lazer, depois da construção do Circo Flamínio em 220, a primeira tentativa de erigir um teatro de pedra deu-se por 155, mas saiu gorada e só se veio a concretizar em 55, sob influência grega, embora com adaptações, com o teatro de Pompeu, com capacidade para 40.000 espetadores. As grandes construções romanas, caracterizadas pela robustez e pela monumentalidade – templos, teatros, anfiteatros, pontes, aquedutos, arcos do triunfo –, beneficiaram do uso do arco, da abóbada e do cimento, que, sendo conhecidos dos Gregos, só foram amplamente utilizados pelos Romanos, provavelmente desde o *porticus Aemilia* de 193.

Nos séc. III-II, também a arquitetura doméstica sofre influência helénica, ao substituir o átrio tradicional por uma colunata ou peristilo de tipo grego à volta do qual os principais aposentos se dispunham. Essa evolução vai transformar as vilas suburbanas, que podemos imaginar pelo exemplo da Vila dos Papiros em Herculano, e as mansões romanas (*domus*) em verdadeiros palácios helenísticos por vezes maiores do que as fontes de inspiração macedónicas e de Pérgamo: multiplicam-se os peristilos, pórticos, colunatas de ordens gregas diversas, *tablina* ‘salas de jantar’, jardins, bibliotecas, coleções de pintura e escultura helenística, mosaicos, como se se tratasse de um museu alexandrino. Mansões como a *domus* de Escauro no Palatino associam «salas privadas, bibliotecas, pinacotecas, basílicas e jardins ... um palácio onde as atividades públicas são tão importantes como a vida privada»¹³¹. E, neste último aspeto, como

logo em 179 e de uma terceira em 170. A sua introdução enquadra-se na reestruturação do foro romano (cf. Hinard 2000 512-513). Harris 1992 70-72 enfaiza a importância dos recursos públicos provenientes da expansão e a sua aplicação em obras públicas, especialmente a partir de 184.

¹³⁰ O urbanismo de Roma tornou-se uma marca civilizacional imitada em todo o império: «a urbanização caminhava de mão dada com a conquista romana e a aculturação e era parte integral da expansão romana» (Lomas 2001 64).

¹³¹ Y. Perrin – Th. Bauzou 1997 168-169; como também se nota, a Casa do Fauno, de Pompeios, reveladora da evolução sofrida, tinha 3.000 metros quadrados, mais do que o palácio real de Pérgamo. Mas já em Plauto, *Mos.* 754-756, 816-828, 908-911 se depreende o luxo da habitação com influência grega, e em especial um pórtico maior do que qualquer pórtico público.

escreve Grimal, tal transformação indicia uma importante mudança dos costumes, com a elite romana a reservar para os jardins e moradias particulares uma parte do *otium* que os Gregos fruía em lugares públicos¹³².

Também a decoração das casas começa a abrir-se a materiais gregos, como mármore e colunas que, depois de usados em edifícios públicos, se viam transferidos para o domínio privado¹³³, opulência estrangeira que se generalizou em Roma no espaço de 53 anos de forte intervenção no oriente helenístico, entre 189, data da vitória de Lúcio Cornélio Cipião sobre Antíoco III em Magnésia, e a herança do reino de Pérgamo, legado por Átalo III a Roma em 133¹³⁴. As referências de Plínio o Naturalista a algumas dessas mansões¹³⁵, conjugada com a análise dos seus registos dos primeiros contactos de Roma com luxuosos materiais de decoração, mobiliário e baixela, dá-nos uma ideia de pormenor muito impressiva das mudanças operadas por influência da expansão:

- *laquearia inaurata* 'lambris dourados' introduzidos no templo capitolino depois da queda de Corinto passam para as residências privadas (*Nat.* 33.57; 34.13 sobre soleiras e capitéis de colunas em bronze, também usurpados pela opulência privada);
- 6 colunas de mármore do Himeto colocadas na sua casa do Palatino pelo orador Lúcio Crasso, cônsul em 95 (33.7); quantidade muito inferior às 360 colunas de mármore estrangeiro postas por Emílio Escauro, edil em 58, na cena do seu teatro provisório e depois desviadas para o átrio da sua própria casa (*Nat.* 36.5-6); caberia a

¹³² Grimal 1975 272.

¹³³ Vell.2.1.2: «o luxo privado imitou a magnificência pública». Plin. *Nat.*36.5: «De que melhor maneira os vícios se insinuem do que por via pública?»; ver Oliveira 1992 73-74 n.110.

¹³⁴ Plin. *Nat.* 33.148-149, referindo-se à posse do reino de Pérgamo em 133, por herança de Átalo III: «Desde a sua primeira derrota, a Ásia exportou o luxo para a Itália, pois que Lúcio Cipião, no seu triunfo, apresentou 1.400 libras de prata cinzelada e 1.500 libras de vasos de ouro, no ano 565 da fundação de Roma. Mas a Ásia que foi oferecida ainda prejudicou mais os bons costumes e a herança recebida do rei Átalo foi mais prejudicial do que a referida vitória»; sobre a relação entre decadência de costumes e luxo e sobre a cronologia de entrada, ver Oliveira 1992 64-77.

¹³⁵ Ver 17.2-6 sobre as habitações de vários magnatas; 34.13-14 sobre decoração e mobiliário; 36.48-50 sobre mármore decorativos; 36.109-112 sobre a continuação de tal luxo na época imperial.

- Mamurra, ligado a Júlio César, ser o primeiro a cobrir as paredes da sua casa com mármore, neste caso importado de Caristo (*Nat.* 36.48); soleiras em mármore foi a invenção de Marco Lépido, cônsul em 78, que usou pela primeira vez mármore da Numídia; o mármore negro foi introduzido por Licínio Luculo, cônsul em 56, que deu o nome a essa variedade (36.49: *primusque Romam invexit*);
- pavimentos, designação que inclui mosaicos, expressamente ditos de origem grega, introduzidos em Roma após o início da III Guerra Púnica, isto é, depois de 149, e vulgarizados após a Guerra contra os Cimbros, em 103-101; leitos de mesa, aparadores e mesas pé de galo em bronze foram trazidos por Gneu Mânlio em 118 (*Nat.* 34.14; cf. 37.2); nesta rubrica insere-se todo o mobiliário e decoração em bronze de Corinto, naturalmente saqueado por Lúcio Múmio em 146 (*Nat.* 37.12) e que provocava em Roma uma verdadeira paixão, sendo inclusive usado em candelabros e baixela (34.6-7; cf. 34.12). Não se pense, todavia, que o luxo se limitava a metais preciosos, pois no final da República as mesas de cidreira ou tuia da região do Atlas, montadas sobre pés de marfim, valiam fortunas (*Nat.* 13.91-95).
 - *vasa argentea* ‘vasos de prata’, que se tornarão uma verdadeira loucura na baixela romana, depois ultrapassada pela das mesas (cf. *Nat.* 33.141), e cujo preço aumentava exponencialmente quando cinzelados, chegam a Roma após a vitória sobre Antíoco III em 189, juntamente com vasos em ouro (33.148), e também após a vitória sobre Perseu da Macedónia em 168 (*Nat.* 33.142). Vasos de valor incomensurável eram os chamados *myrrhina*, importados com a vitória de Pompeu sobre Mitridates e rapidamente transitados de usos religiosos para simposíacos (*Nat.* 37.18);
 - *lances* ‘travessas, centros de mesa’ de grande dimensão e peso, conhecidos antes da Guerra de Sula, em 83-82, cuja origem estrangeira é anotada no nome grego original *magis* (*Nat.* 33.145 *lances, quas antiqui magides vocaverunt*);
 - *vasa potoria* ‘vasos para bebida’ de diversas formas e materiais, muitas vezes ricamente trabalhados, como os cântaros usados por Mário após a vitória sobre os Cimbros em 102-101; ou as taças cinzeladas

à mão por Mentor na posse do orador Lúcio Licínio Crasso, cônsul em 95 (*Nat.33.147*);

- objetos de decoração em ouro e prata, de origem grega visível até nos nomes, como os vasos em forma de golfinho, comprados por Gaio Graco (*Nat. 33.147*);
- estatuária e pintura importadas a partir do saque de Corinto em 146¹³⁶ (*Nat.33.149*: «por ocasião da vitória sobre a Acaia, momento importante na evolução dos costumes, vitória que, neste intervalo de tempo, também nos trouxe estátuas e quadros pintados, no ano de 608 da fundação da cidade»; cf. 34.34, sobre estátuas trazidas após a vitória sobre a Ásia, fonte do luxo; 34.36: depois de derrotar a Acaia, Múmio encheu a cidade de estátuas; *Nat.37.12*); trazidas da Ásia pelos Luculos em 74-73 (34.36) e por Pompeu, no seu triunfo sobre Mitridates, rei do Ponto, em 63 (33.151); estátua colossal importada por Marco Luculo de Apolónia, no Ponto, já precedida pelas provenientes de Tarento em 209 (34.39-40)¹³⁷.
- a pintura era uma arte antiga na Itália, recordando-se o pintor aristocrata Fábio Pictor; começou a estar ligada à expansão quando Mânio Valério Máximo Messala, cônsul em 263, expôs na Cúria Hostília um quadro a representar a vitória que na Sicília alcançara sobre os Cartagineses e sobre Hierão (*Nat.35.22*); Lúcio Hostílio Mancino expôs no foro um quadro com o assalto a Cartago, que ele explicava aos interessados, com isso alcançando o consulado (34.24); o primeiro quadro estrangeiro em exposição pública em Roma – um Liber Pater trazido da Grécia por Lúcio Múmio, destruidor de Corinto em 146

¹³⁶ Não se trata aqui da antiga estatuária etrusca e itálica em cerâmica sobretudo de natureza religiosa ou dedicada pelo Estado. Recordem-se as 2.000 estátuas saqueadas em Volsínios (*Nat. 34.34*) e a colocação, no comício, de estátuas de Pitágoras e Alcibíades, cerca de 343 (*Nat.34.26*); recorda Hinard 2000 129 e 325, que logo no início da República fora enviada uma embaixada a Delfos, e uma cratera de ouro depois da conquista de Veios); ou a primeira estátua pública oferecida por uma cidade estrangeira, Túrios, em 285 (*Nat.34.32*).

¹³⁷ De qualquer forma, o contacto com a estatuária já se dera aquando da queda de Volsínios em 264 e de Siracusa em 212. Ver Inglebert 2005 233: «L'art romain a en fait évolué au rythme des conquêtes de Rome, avec un échange permanent entre le centre et la périphérie de l'Empire»; e p.240-243 sobre «O imperialismo e a pilhagem de obras de arte».

– foi exposto no templo de Ceres¹³⁸. A estatuária e a pintura e respectivos artistas¹³⁹ introduzem motivos e figuras gregas, como Pitágoras ou Alcibíades, e ajudam a desenvolver o verismo como característica muito própria da produção romana. Podemos fazer uma ideia do que era essa pintura através dos mosaicos e da pintura parietal, como a do I estilo pompeiano, de influência grega, já atestado desde o séc. III nas Casas de Salústio e do Fauno¹⁴⁰.

2.4.2.3. Ciência e educação

O espírito pragmático romano nunca foi dado a especulação ou aprofundamento teórico excessivo, preferindo dedicar-se a ciências cuja utilidade fosse visível, imediata e real. Por isso, os autores mais abertos a uma vida especulativa têm o cuidado de justificar o estudo de matérias cuja utilidade fosse discutível. Utilizando Cícero como fonte, vejamos uma troca de opiniões antagônicas – utilidade prática vs especulação teórica –, que o mesmo situa no Círculo dos Cipiões (Cic. *Rep.*1.19):

«(LÉLIO): Estás a falar a sério, Filo? Acaso já explorámos o que diz respeito às nossas casas e ao Estado, para estarmos a investigar o que se passa no céu?

E ele (FILO): Será que tu consideras que não diz respeito às nossas casas saber o que se passa e o que acontece em casa? Não me refiro àquela que as nossas paredes cingem, mas a todo este mundo, que é o domicílio, que é a pátria que os deuses nos deram, comum a eles! Se tal ignoramos, muitas e grandes coisas serão por nós ignoradas! Ora a mim e, por Hércules, também a ti próprio, Lélio, e a todos os que são ávidos de sabedoria, deleitam-nos o próprio conhecimento e a contemplação das coisas!»

¹³⁸ *Nat.*35.24: «creio que foi a primeira pintura estrangeira exposta em Roma; depois disso, encontro que também foram expostas pinturas no foro, para o grande público»; cf. 33.149: invasão de estátuas e pintura sobre madeira; 37.12: pintura sobre madeira.

¹³⁹ Inglebert 2005 243-244 enfatiza «a chegada de artistas gregos, que em alguns de-cénios transformaram a Itália já romanizada num dos centros de produção artística mais ativos do mundo de então».

¹⁴⁰ Y. Perrin – Th. Bauzou 1997 169.

A matéria em questão, a astronomia, e apesar de no mesmo Círculo dos Cipiões ela ser estudada por Panécio (Cic. *Rep.*1.15), tem dificuldade em ser aceite na sociedade romana, dado o seu carácter absolutamente teórico e vazio (*supervacuum* ‘absolutamente estéril, incerto, inútil e sem préstimo’, cf. Plin. *Nat.*17.9), mesmo quando se logra dizer que algum proveito dela se poder retirar, como a capacidade de afastar o temor supersticioso quando se dá um eclipse. Assim acontecera aquando da batalha de Pidna, em 168, como nos conta Cipião Emiliano (Cic. *Rep.*1.23):

«Recordo-me de que, sendo eu um juvenzinho, quando meu pai, então cônsul, estava na Macedónia e nos encontrávamos num acampamento militar, o nosso exército foi perturbado por superstição e medo pelo facto de, numa noite serena, a Lua cheia e brilhante se ter eclipsado subitamente. Então ele (sc. Gaio Sulpício Galo), que era nosso legado, aproximadamente um ano antes de ser proclamado cônsul, não hesitou, no dia seguinte, em publicamente explicar, no acampamento, que não se tratava de nenhum prodígio e que o que então acontecera também iria acontecer no futuro, a intervalos regulares, quando o Sol estivesse colocado de maneira a não poder atingir a Lua com a sua luz».

Como vemos, todas estas citações se relacionam com um ambiente grego e com personagens e factos ligados à expansão romana. E também foi do mundo grego que, entre 263 e 159, os Romanos trouxeram os primeiros relógios e conhecimento que lhes permitiram ajustar o calendário. E não é de olvidar que os Romanos admiravam os grandes cientistas, se é verdade que o general Marcelo deu ordem, infelizmente não cumprida, de poupar Arquimedes durante o cerco de Siracusa (212)¹⁴¹. Mas pode pensar-se que a admiração se fundava na grande utilidade prática, e até militar, da aplicação dos seus conhecimentos, sem prejuízo de a sua esfera ser conhecida no Círculo dos Cipiões¹⁴².

¹⁴¹ Vide Monteiro, cap. 6.1 §3.

¹⁴² Cic. *Rep.*1.21: «Ora, apesar de eu ter ouvido com muita frequência o nome dessa esfera, por causa da fama de Arquimedes, não fiquei muito admirado com a sua aparência.

O facto de os Romanos importarem médicos desde a chegada de Arcágato a Roma por 219, e também retores e outros profissionais, ou de tais profissionais emigrarem para Roma e aí exercerem essas profissões, também não ajudou à afirmação de certos ramos do saber em latim, uma vez que por longo tempo foram praticados e / ou ensinados por Gregos ou com base em modelos gregos: é o caso da retórica, da filosofia, da matemática ou da medicina (Plin. *Nat.*29.17: «esta é a única das artes gregas que a gravidade romana ainda não exerce»).

O próprio sistema de educação, que na tradição romana se fazia dentro da família sob orientação do *paterfamilias* e era essencialmente destinada a inculcar valores morais, desprezando música, ginástica e dança¹⁴³, e com o Estado a alhear-se da questão, veio a modificar-se profundamente por influência grega nos séc. III/II, sendo a controvérsia existente visível na comédia de Plauto (ver *Comédia do fantasma*) e de Terêncio (ver *Os dois irmãos*). Uma demonstração prática da evolução dá-se na dança, que os Romanos só conheciam ligada a cultos e em especial cultos guerreiros. Ora, em oposição à tradicional aversão romana à dança, «A fines del siglo II a. de J.-C- la cultura griega introdujo en Roma formas de danzas más refinadas; en la alta sociedad se danzaba a la griega»¹⁴⁴.

Foi o contacto com o mundo helénico na Magna Grécia e depois na própria Grécia que favoreceu grandes alterações: com a chegada a Roma dos primeiros professores de ensino médio, Lívio Andronico de Tarento e Énio da Calábria (o primeiro vem como escravo antes de se tornar liberto; o segundo como militar aliado que depois se torna cidadão romano); com a introdução de textos escolares traduzidos do grego (a *Odisseia*, por Andronico); e com o acompanhamento das crianças por um escravo (*paedagogus*) ou a sua entrega a um preceptor, frequentemente escravo ou liberto, onde irão sobressair os reféns aqueus trazidos depois da queda da Macedónia em 168. Gerou-se, deste modo, um sistema de ensino

É que existia uma outra, mais bela e mais famosa, da autoria do mesmo Arquimedes, que o mesmo Marcelo havia exposto no templo da Virtude para o vulgo».

¹⁴³ Ver resumo geral em Inglebert 2005 348-359.

¹⁴⁴ Paoli 1990 316; p.318: a dança generalizou-se depois da II Guerra Púnica, com escolas de dança para homens e mulheres.

baseado em escolas privadas pagas¹⁴⁵, decalcado sobre o grego até nas designações (*grammaticus* para o nível intermédio; *rhbetor* para o ensino superior). O bilinguismo da elite foi uma das consequências e objetivos deste sistema, num momento em que o latim se afirmava sem complexos na generalidade da Itália, onde destronaria inclusive o etrusco, o osco e até o grego¹⁴⁶.

Um dos exemplos mais marcantes da educação da juventude no séc. II é o dos filhos de Emílio Paulo, que triunfara em Pidna em 168, momento a partir do qual «a educação da juventude romana ficou quase inteiramente nas mãos de gramáticos, intelectuais e educadores»¹⁴⁷. Sobre a formação do futuro Cipião Emiliano, e naturalmente também do seu irmão, para além de lhes reservar a biblioteca do rei da Macedónia, rica em clássicos gregos, «Paul-Émile avait entouré le jeune homme non seulement de grammairiens, de ‘sophistes’ (entendez sans doutes des philosophes) et de rhéteurs, mais aussi de sculpteurs, de maîtres d’équipages et de meutes, de maîtres de vénerie – tous des Grecs»¹⁴⁸. Outro exemplo célebre é o dos Gracos, para cuja educação sua mãe Cornélia contratou como precetores Diófanes de Mitilene, grande orador, e Blóssio de Cumas, filósofo. Para a elite, virá mesmo a generalizar-se o hábito de os jovens completarem a sua formação superior nos grandes centros culturais helenísticos (Alexandria, Atenas, Nápoles, Pérgamo, Rodes).

No caso específico do ensino da retórica, e sem prejuízo da existência anterior de oradores latinos, como Ápio Cláudio Cego (censor em 312) e Lúcio Metelo (m. 221), temos alguns fragmentos da extensa obra de Catão o Antigo (234-149)¹⁴⁹, o qual, por mais que proclamasse que o dom de falar

¹⁴⁵ A primeira escola primária paga foi aberta pelo liberto Espúrio Carvílio na segunda metade do séc III.

¹⁴⁶ Salmon 1982 121-127 sobre a questão da política linguística e da romanização; Cary – Scullard 1975 194: «By 150 practically every Roman who wished to pass for an educated person was bilingual».

¹⁴⁷ Gruen 1996 173.

¹⁴⁸ Grimal 1975 252.

¹⁴⁹ Segundo Plin. *Nat.* 7.139-140, no elogio fúnebre de Lúcio Metelo, pronunciado em 221, eram-lhe atribuídos dez títulos de glória, entre eles ser ótimo orador; esta qualidade aparece estilizada num cânone vigente na época de Catão, logo antes de 149, segundo Plin. *Nat.* 7.100: «Considera-se que Catão, o primeiro da *gens* Pórcia, se notabilizou pelas

era um desenvolvimento natural, não era imune à influência dos modelos gregos. E era em grego que, no séc. II, se ensinava retórica. A primeira escola de retórica em latim para formar *latini rhetores* ‘oradores latinos’ aberta por Lúcio Plócio Galo em 93, foi fechada em 92 provavelmente por reação da aristocracia, a quem não interessava a vulgarização de um ensino aberto a um espectro mais alargado de estudantes, aqueles que não sabiam grego ou não podiam pagar a mestres de retórica gregos¹⁵⁰. Restou, porém, um fruto, o primeiro manual de retórica em latim, conhecido como *Retórica a Herénio*, onde aflora a polémica contra a retórica grega.

Mas não foi esse o caso do direito e da jurisprudência, que costumamos imputar aos Romanos como especial título de glória. Cultivaram-no certamente porque o direito era extremamente necessário à regulação das relações entre indivíduos, entre indivíduos e o Estado e entre Estados. Era, pois, um mecanismo de harmonização na política interna e de afirmação na política externa. E isso é sensível logo quando houve necessidade de responder à agitação social criando, por 450, o primeiro código de leis escritas, a Lei das Doze Tábuas, que abarcava todas essas matérias, incluindo o *ius gentium* ou direito internacional. Ora, sendo reconhecidamente a grande marca da romanidade, nem por isso deixaram os Romanos de colher ensinamentos na Grécia – fosse em Atenas, fosse na Magna Grécia, fosse através de algum imigrante grego – para cimentarem essa recolha de leis anteriores consuetudinárias aprimoradas com novos articulados e coloridas com alguma influência grega, logo visível nas ideias de afixação pública e de consolidação do Estado, sem deixar de ser disciplina carateristicamente romana.

três coisas supremas num ser humano: o facto de ser o melhor orador, o melhor general, o melhor senador». Para Kennedy 1972 37-38, a capacidade oratória começou a figurar na lista das virtudes tradicionais nos finais do séc. III; Inglebert 2005 373 «a eloquência republicana era política e militar».

¹⁵⁰ Suet. *Rhet.* 25: o edito dos censores Gneu Domício Aenobarbo e Lúcio Licínio Crasso justificava assim a proibição: «Estas novidades, que acontecem fora da tradição e dos costumes dos antepassados, não são do nosso agrado». Assim, o arrazoado considerava que fazia parte da tradição aprender retórica em grego; cf. §26, sobre os obstáculos que Cícero sentiu para não frequentar essa escola: «Mas é que eu era refreado pela autoridade de homens doutíssimos, que consideravam que o talento se desenvolvia melhor com exercícios em grego». Ver Gruen 1996 179 ss.: «Substitution of Latin for Greek in rhetorical education democratized the process» (p.184).

Nesse código estava já a preocupação de garantir a proteção jurídica dos estrangeiros de passagem por Roma e, em vista da expansão, o desiderato de assegurar o direito na relação com inimigos no caso de se interpretar que as XII Tábuas distinguem entre ‘estrangeiro’ (X.5.b *bellicam peregrinamque mortem* ‘morte em combate ou no estrangeiro’) e *hostis*, termo que oscila entre inimigo e estrangeiro (II.2.a, VI.4.a; IX.6, que fixa a pena capital para quem incitar um inimigo ou entregar um cidadão ao inimigo). Essa preocupação aumentou nos séc. III e II como consequência de maior crescimento do império e traduziu-se, por 242, na criação de um *praetor peregrinus* ou *inter peregrinos* encarregado de regular os litígios que envolvessem estrangeiros, particularmente os decorrentes do comércio internacional crescente, vindo o pretor a poder ter em conta o direito não romano nos seus inquéritos, isto é, a incluir o *ius gentium* no direito civil romano¹⁵¹.

Todavia, nem escravos nem estrangeiros lograram alcançar uma igualdade de tratamento em termos penais, pois eram castigados de forma mais gravosa do que os cidadãos.

2.4.2.4. A Literatura Latina na sua génese

Na história literária romana dá-se o curiosíssimo caso de a literatura latina ter nascido com uma tradução e com um autor que era grego de nascimento, o que simultaneamente prefigura o bilinguismo que há-de ser uma característica da sociedade e do império romanos. E pode dizer-se, com Inglebert, que «se os Romanos se inspiraram em modelos gregos para criar uma literatura latina, desde 240 aC, fizeram-no num contexto romano e ao serviço de valores romanos»¹⁵².

O fundador da literatura latina foi o grego Lívio Andronico (fl. 240-207). Levado de Tarento por 272, com baixa idade, como escravo de guerra, Andronico viria a assumir como *praenomen* o gentílico do seu *dominus* Marco Lívio Salinator, que cedo o terá libertado e certamente

¹⁵¹ Cf. *lex Aebutia (de formulis)* de c.150; Carey – Scullard 1975 182-183 (Roma como capital cosmopolita nos sécs. III-II) e 197; Rotondi 1966 304-305; Inglebert 2005 114-116.

¹⁵² Inglebert 2005 335.

protegido como cliente. Só esta hipótese torna compreensível a facilidade com que Andronico assume funções de poeta oficial com a incumbência de representar peça(s) de teatro em 240 e de compor um canto religioso para cerimônia pública de purificação, em 207. Com a(s) peça(s) de teatro, Andronico participava no objetivo de Roma se mostrar ao nível cultural de Siracusa, cujo tirano, Hierão II, fora o grande aliado de Roma na I Guerra Púnica e era convidado oficial para as celebrações da vitória¹⁵³. Mas dessa(s) peça(s) de teatro nada resta. O primeiro texto de que há memória é a tradução da *Odisseia* para latim, em versos satúrnios, considerados de cariz itálico, embora com provável influência helénica. Tal tradução revela o objetivo pedagógico de escolha do melhor, para motivar os alunos a que ia servir de texto escolar, e ao mesmo tempo elege um poema mais consentâneo com a mentalidade romana e cujos heróis eram tidos como fundadores de muitas cidades na Itália. Este desiderato denuncia a visão de uma Itália cultural e linguisticamente destinada à unificação linguística e cultural. Com tais contributos para a glória de Roma, Andronico recebeu um reconhecimento oficial concretizado na liderança que lhe foi reconhecida na corporação dos *scribae* (*collegium scribarum histrionumque*), os intelectuais e artistas a quem, com este gesto, o Estado romano concedia proteção oficial, consentindo até que se reunissem ao abrigo do templo de Minerva¹⁵⁴. Todavia, Andronico não ousou assumir completo helenismo. De facto, além de usar o verso satúrnio em lugar do hexâmetro dactílico do original, invocou como fonte de inspiração, não as Musas gregas do original, mas as Camenas itálicas.

Pela mesma época, o poeta e dramaturgo Névio (c.270-200) também revela um forte sentimento do valor da sua arte. Sem prejuízo da sua abertura ao helenismo, o poeta vai escolher um assunto nacional e coevo com o poema épico *Bellum Punicum*, sobre a I Guerra Púnica,

¹⁵³ Gruen 1996 82 sobre as circunstâncias da representação: «a link from the outset between artistic creation and state policy ... the poet, we may presume, was commissioned for the purpose, a man who had already established his reputation. Rome's officialdom made the decision, shaped the event, and selected its man».

¹⁵⁴ Para Gruen 1996 89: a autorização do associativismo dos artistas ou trabalhadores intelectuais (gr. τηχνῖται) significou «the appropriation of Hellenic traditions for Roman national purposes».

onde recordava a passagem de Eneias por África, um dos mais icônicos mitos sobre as origens de Roma. Significativo é também o facto de ter criado a tragédia de assunto nacional, que assume o nome de *fabula praetexta(ta)*, tirado da orla purpúrea da toga usada pelos senadores. Além disso, é controverso se o poeta tentou ou não usar a sua arte para intervenção política, mormente tomando partido contra a poderosa família dos Metelos, que por isso o teriam feito condenar à prisão. Se tal aconteceu, o insucesso da sua sátira pessoal criou um precedente para a ausência de invetiva nominal e matéria política ostensiva na dramaturgia romana. De resto, tal restrição já se encontraria indiciada nas Leis das Doze Tábuas (Cic. *Rep.*4.12):

«Pelo contrário, as nossas Doze Tábuas, apesar de pouquíssimos delitos sancionarem com a pena capital, entre esses entenderam que também deviam sancionar o facto de alguém cantar ou compor carmes que a outrem causassem má fama e desonra. Coisa notável, pois é nos tribunais dos magistrados, em averiguações de acordo com a lei, que devemos ter a nossa vida exposta, não em invenções de poetas! E não devemos ouvir agravos a não ser de acordo com a lei que permite responder e defender-se em tribunal».

Falemos agora de Énio (c.239-169). Pela qualidade da sua escrita e por ter introduzido o hexâmetro dactílico grego na literatura latina, metro que permitia novas formas de expressão, alargamento do vocabulário poético e uma ductilidade muito superior ao do verso sátúrneo, Quinto Énio torna-se o verdadeiro fundador da literatura latina, o primeiro grande clássico latino até Virgílio, com isso merecendo o título de *pater Ennius*¹⁵⁵. Nele é ostensiva a influência grega, como se se houvesse perdido o medo de assumir essa influência: a invocação das Musas adota o espaço geográfico mítico grego da inspiração poética¹⁵⁶; o hexâmetro dactílico transpõe esse

¹⁵⁵ Gruen 1996 107: «an exponent of Greek classics and a creator in the Latin language».

¹⁵⁶ Gruen 1996 118: «not a rejection of the Camenae but their absorption into a larger Greco-Roman concept».

consagrado metro grego para a literatura latina, logo nos seus *Anais*, uma narrativa épica ou historiografia versificada¹⁵⁷, que cantava a história de Roma em toada de exaltação nacional bem servida por um grego adaptado à linguagem poética latina. A especialização do artista de acordo com o seu caráter, como consta da teorização aristotélica, tende a reservar para os escritores os estilos que lhes correspondem. Ao contrário dos seus antecessores Andronico e Névio, Énio e os seus sucessores ou escrevem épica e tragédia, como o próprio Énio, ou limitam-se à comédia, como Plauto, Cecílio e Terêncio. Énio, um originário da Messápia que obteve a cidadania romana em 184, revela também forte consciência do valor do gênio literário e soube relacionar-se com grandes famílias romanas, isto é, representou a existência de mecenatismo ou patronato literário particulares, de que poderá ser indício a sua amizade com Catão e a controversa tradição da presença da sua estátua no túmulo dos Cipiões.

Pelas implicações literárias e sociológicas, e também por envolver o domínio da escrita e do espetáculo público, vamos deter-nos com algum pormenor na dramaturgia latina. A existência de uma tradição itálica de teatro, especialmente com a *fabula atellana* e com os dançarinos etruscos a que Roma recorreu oficialmente em 364 (cf. Liv. 7.2.1-13), tais expressões dramáticas não souberam guindar-se ao plano literário.

Na verdade, o teatro literário vem a nascer sob a égide da imitação de originais gregos diversamente tratados, incluindo pela contaminação (*contaminatio*) de mais do que um modelo grego para fazer uma peça em latim e permeáveis à infiltração de fraseologia, tonalidade e alusões locais. Trata-se da chamada *fabula palliata*, comédia e tragédia, em que o vestuário grego e até a declaração explícita de utilização de originais gregos, com respetivos ambientes, personagens e nomes geográficos, retratam um mundo buscado na época dos três grandes trágicos atenenses do sec. V, quanto à tragédia, e na comédia nova ateniense nascida nos finais do séc. IV, quanto à comédia.

¹⁵⁷ Grimal 1975 217: «son poème devient plus une historiographie versifiée qu'une épopée».

Da tragédia de modelo grego da época, pouco mais resta do que numerosos títulos de Andronico (fl.240-207), Névio (c.270-200), Ênio (c.239-169), do reputado Pacúvio (220-130) e de Áccio (170-86), nos quais parece haver preferência por Eurípides e pela temática troiana; haverá que esperar por Sêneca para sobreviverem peças na íntegra.

Especial singularidade se atribuirá à tragédia *praetexta(ta)*, assim designada pelo uso da toga orlada de púrpura própria de magistrados romanos. É que esse subgênero dramático, cultivado por Andronico, Névio, Ênio, Pacúvio e Áccio – e de que só sobrevive a pseudo-senequiana *Otávia*, provavelmente dos inícios da época flávia –, para além do vestuário e da temática romana, surge muitas vezes por encomenda de magnatas e patronos e, conseqüentemente, celebra feitos próprios ou glórias da família do patrono, sendo representada em ocasiões políticas tão características como os funerais romanos – caso provável da *Clástidio* de Névio, em 208, nos funerais de M. Cláudio Marcelo; da *Ambrácia* de Ênio, que celebrava o vencedor dessa batalha, o seu protetor M. Fúlvio Nobilior; do *Paulo* de Pacúvio, que poderia referir feitos de Lúcio Emílio Paulo, o pai natural de Cipião Emiliano; de *Bruto* e *Enéades* ou *Décio* de Áccio, relativos à queda dos Tarquínios, a que a família do seu protetor estava ligada, e à batalha de Sentino em 295, respetivamente.

No domínio da comédia designada como (*fabula*) *togata*, e sem prejuízo do ambiente romano e itálico e do vestuário nacional que a caracteriza e lhe dá o nome, não deixa a mesma de seguir passos da comédia grega. Não tendo chegado até nós nenhuma peça completa, os fragmentos sobreviventes, de autores como Titínio (?primeira metade do séc. II), Afrânio (coevo de Terêncio) e Ata (m.77), indiciam uma grande riqueza temática e uma linguagem não menos sugestiva, cheia de helenismos.

Quanto à comédia latina de modelo grego (*fabula palliata*), dela restam comédias na íntegra, de Plauto (254-184) e de Terêncio (c.195-c.159).

São características gerais de Plauto a vivacidade, o gosto pelos cânticos, a mordacidade e o vernáculo da linguagem, de uma riqueza incrível, desde o coloquialismo, o provérbio, os chorrilhos de insultos e as interjeições castiças até às numerosas linguagens técnicas; o propósito do riso desbragado não esconde a presença de preocupações sociais e a atenção

às mudanças de costumes, com uma riqueza de caracteres onde abundam cortesãs e alcoviteiras, jovens apaixonados sem vintém e militares fanfarrões de bolsa farta, marinheiros e comerciantes, usurários e cambistas, maridos velhos e lúbricos e castigadoras esposas defendidas pela sua fortuna pessoal, mas também matronas púbricas, velhas ébrias e escravos cheios de ardis, verdadeiros reis da festa, que muitas vezes se faz em triângulos amorosos e com muitos cantos e banquetes regados com bom vinho. E se é certo que nele não se encontram verbalizações diretas de natureza política, a sua comédia não deixa de refletir «preocupação quanto aos efeitos da expansão»¹⁵⁸.

Já Terêncio, um ex-escravo aficano que se tornou íntimo de Cipião Emiliano, oferece uma linguagem mais normativa, um tom filosofante e sóbrio, figuras variadas que, como as cortesãs e as sogras, conseguem ascender à dignidade, uma acção mais articulada do que a de Plauto, temática de grande relevância social, como a da educação e a relação pais / filhos. O facto de ambos recorrerem aos mesmos autores gregos como modelos mostra como a imitação não impedia a criatividade¹⁵⁹.

Estes apontamentos tornam claras duas ideias: os dramaturgos romanos souberam adaptar os moldes do teatro grego à temática romana e até coeva, evitando a matéria mítica; e também estabeleceram uma relação com a camada dirigente romana, os seus protetores, que assim ajudaram a nobilitar os produtos culturais perante a sociedade.

Para além das breves considerações já feitas sobre a dramaturgia, devemos considerar também o aspeto de *performance* e a sociologia do espetáculo. Antes de mais, refira-se que os antecedentes do teatro estão bastante ligados a cultos agrários e a rituais religiosos e apotropaicos que tiveram vida longa em solo itálico e em Roma, particularmente em festividades como os jogos Florais (*ludi Florales*) e o culto de Ana Perena,

¹⁵⁸ Gruen 1996 140; consequências várias, como a distribuição do saque, a competição por honras entre os generais, a arrogância das matronas ricas, o luxo feminino, os perigos e ridicularias do helenismo, a devassidão dos cultos de Baco.

¹⁵⁹ Brown 1989 60-72 apresenta uma síntese das características de ambos os comediógrafos, incluindo a liberdade no tratamento dos originais.

e uma expressão importante nos chamados mimos¹⁶⁰. Assim, quando são mandados vir dançarinos da Etrúria em 364 (dança e música são consabidas linguagens do teatro)¹⁶¹, o objetivo era estabelecer a paz com os deuses – uma função do teatro eminentemente política, já presente, sob o aspeto de política externa, quando o Estado romano encarrega Lívio Andronico de fazer representar uma peça para a celebração da vitória sobre Cartago na I Guerra Púnica, em vista da presença de Hierão II de Siracusa.

Desde as origens, a representação fazia-se em momentos cívicos e até sob responsabilidade de magistrados, em jogos ou festivais oficiais (*ludi*) tão solenes como os *Ludi Romani* ‘Romanos’, *Plebei* ‘da Plebe’, *Megalenses* ‘em honra da Grande Mãe’, *Apollinares* ‘em honra de Apolo’; mas também eram oferecidos a título particular, por exemplo nos funerais de grandes senhores, como é o caso de *Os dois irmãos* de Terêncio, apresentados em 160 nos jogos fúnebres em honra de Lúcio Emílio Paulo; mais tarde haverá mesmo espetáculos privados.

Se atentarmos na história do edifício destinado ao teatro, logo veremos que a abertura ao helenismo era claramente seletiva, pois não recusando a dramaturgia inspirada nos modelos gregos, Roma vai tardar em consentir na implantação de teatros permanentes, isto é, de pedra, sob pretexto de que não convinha permanecer tanto tempo sentado a ver espetáculos, forma que provavelmente escondia o receio de que o lugar do espetáculo se tornasse lugar de manifestação política. Assim, a primeira tentativa de erigir um teatro de pedra, por 155, foi obstaculizada e só por 55 se conseguiu erigir o Teatro de Pompeu, e graças a um subterfúgio: a escadaria de acesso ao templo de Vénus Vencedora servia de *cavea* ao teatro, não podendo portanto, por motivos religiosos, ser destruída.

Resta finalizar com uma referência às convenções cénicas, que são de origem grega: prólogo inicial ou retardado, máscaras, adereços, entradas, rubricas de cena verbalizadas, mudanças de cena, apartes, entradas centrais e laterais, pedido final de aplauso (*plaudite / plodite* ‘venham os aplausos’).

¹⁶⁰ Ver Hinard 2000 520-529 para as diversas ocasiões e cerimónias com componente lúdica e cénica, pré-literária ou literária.

¹⁶¹ Notícia de Liv. 7.2.1-13.

Na vida de lazer em Roma, de que o teatro era uma componente, várias características nos impressionam: o número de dias consagrados a festivais, que foi aumentando exponencialmente, com o objetivo de ocupar a crescente população de Roma, em especial a plebe urbana; a diversidade de espetáculos, que se foram abrindo, como os jogos cénicos, a influência exógenas, etruscas (caso dos *munera* ou jogos de gladiadores) e gregas (incluindo jogos atléticos); a grandeza dos espaços lúdicos, que condicionavam o planeamento das cidades, como se verá se atentarmos no Circo Máximo, no Coliseu, nas termas e nos numerosos teatros e anfiteatros existentes.

De facto, Roma foi-se tornando uma civilização do espetáculo e do lazer, e esse estádio civilizacional – que já herdava tradições antigas como os *Consualia* ligados ao Rapto das Sabinas e por aí às origens de Roma – foi alcançado graças à conquista de um império que lhe ofereceu os meios e condicionou o desenvolvimento. Uma das facetas mais evidentes da relação entre império e espetáculo consiste na apresentação de animais exóticos nos cortejo triunfais e nas *venationes* ‘caçadas’, onde os generais vencedores competiam em mostrar animais mais exóticos ou em maior número, trazidos de todas as partes do império. Limitemo-nos aos elefantes, uma das mais temíveis armas militares que os Romanos tiveram de enfrentar: foram vistos pela primeira vez em Roma em 275 aquando do triunfo de M. Cúrio Dentato após vitória contra Pirro; foram introduzidos no circo pela primeira vez em 252, e em número de 140, para celebrar o triunfo de Cecílio Metelo sobre Cartago (Plin. *Nat.*8.16-17); em 167, Emílio Paulo utilizou-os para trucidar desertores, como fará Cipião Emiliano em 146 (V. Max. 2.7.13-14); em 99 foram inaugurados os combates entre elefantes.

A mais antiga *venatio* de animais exóticos ter-se-á dado em 186 nos jogos triunfais de Marco Fúlvio Nobilior (Liv. 39.22.2), e foi a partir de então que o circo começou a ser o lugar privilegiado para o efeito, sem prejuízo de o próprio espaço teatral também para isso ter sido adaptado. Ao fornecimento de animais ferozes não eram alheios a diplomacia e o clientelismo: pelo ano 100 o rei Boco da Mauritània oferece 100 leões a Q. Múcio Cévola; Cleópatra envia uma girafa para os jogos de

César em 46; embaixadores da Índia trazem a Augusto o primeiro tigre no ano 11¹⁶².

Mas a literatura latina em fase arcaica não se limitou à dramaturgia e à narrativa épica. Merece enorme relevo, até pela influência posterior, a sátira de Lucílio (c.180-c.102), um cavaleiro e latifundista amigo dos Cipiões, com uma linguagem rica, por vezes crua, e cheia de helenismos, com a verve da invetiva de Arquíloco, que utiliza tanto contra altas personalidades quanto contra personagens do quotidiano, incluindo mulheres, numa toada autobiográfica que ora aborda temática amorosa onde já se adivinha tonalidade elegíaca ora visa questões literárias e filosóficas¹⁶³.

Na historiografia, e não incluindo os já referidos poemas épicos no género, a influência helénica revela-se nas primeiras histórias gerais de Roma escritas em prosa, mas em língua grega e sob influência grega, e na analística pontifical romana, com Fábio Pictor e Cíncio Alimento no período da II Guerra Púnica, momento em que a divulgação internacional da história de Roma em grego, a língua de cultura do Mediterrâneo, podia servir os objetivos expansionistas de Roma. É o caso das *Histórias* de Políbio e em especial do seu livro VI, que apresenta a excelência da constituição romana como explicação para a sua vocação imperial, ao mesmo tempo exaltando um dos construtores do império, Cipião Emiliano, de quem Políbio fora refém antes de se tornar amigo, servidor e cantor¹⁶⁴.

Foi Catão o Censor (234-149) quem, sem romper com a influência grega, quebrou essa tradição de escrita em grego ao oferecer ao público romano uma obra com o título de *Origens*, onde abordava a história remota e a sua própria época e assim valorizava a prosa latina, que exerceu numa obra enciclopédica de que conhecemos o tratado técnico sobre agricultura. Simultaneamente, abria a porta a uma série de historiadores de tradição analística (L. Calpúrnio Pisão, L. Cássio Hémina, Gneu Gélio e Célio Antipater; este, mais monográfico, versou a II Guerra Púnica).

¹⁶² Ver Balsdon 1967 302-303 e 307.

¹⁶³ Sobre Lucílio, ver Oliveira 2009 21-32.

¹⁶⁴ Antes dele, já o grego Timeu de Taormina (325-256) se interessara pela história de Roma.

2.4.2.5. A filosofia em Roma

A história da entrada da filosofia grega em Roma ilustra bem o que teorizámos acerca do fenómeno de aculturação. De facto, na matéria, os Romanos tiveram uma posição ambivalente, com uma ambiguidade implícita que favorecia, em casos pontuais, o acolhimento ou a rejeição de certas correntes filosóficas e seus representantes¹⁶⁵.

A mais antiga referência ao contacto de Roma com a filosofia grega reporta-se à lenda do pitagorismo de Numa Pompílio. Lenda anacrónica, como diz Cícero (*Rep.*2.28-29), mas que pode esconder o provável conhecimento, em época muito antiga, do sucesso do pitagorismo no sul da Itália. De facto, Plínio recorda a colocação, no comício, de estátuas de Pitágoras e Alcibiades, por ordem do oráculo de Delfos, cerca de 343¹⁶⁶.

Um segundo encontro deu-se quando Pirro, na sua aventura no sul da Itália, pelo ano de 279, enviou o filósofo epicurista Cíneas a negociar com os Romanos, que ficaram com a ideia de que a filosofia se podia imiscuir na política, se é que a filosofia de que Cíneas era partidário não poderá ter criado alguma aversão. Certo é que, por 173, uma ordem de expulsão recaí sobre os epicuristas Alceu e Filisco, e logo em 161 são banidos de Roma filósofos e retores. Célebre ainda é a expulsão da embaixada de filósofos atenienses que em 155 foram enviados a pedir a intermediação de Roma num diferendo relativo à cidade de Oropos, no cenário, portanto, da dominação de Roma sobre a Grécia¹⁶⁷. Esses filósofos aproveitaram o tempo livre para fazerem conferências. Entre eles sobressaiu Carnéades, então o chefe da Nova Academia platónica, em fase de ceticismo probabilista (*Cic.Rep.*3.9):

¹⁶⁵ Sobre a problemática geral da receção da filosofia grega em Roma, recomendo André 1977.

¹⁶⁶ Plin. *Nat.* 34.26; Gruen 1996 161 fala em fascinação por Pitágoras, que relaciona com a presença romana no sul da Itália a partir do séc. IV; em 163 recorda a descoberta, no ano de 181, de livros pitagóricos no túmulo de Numa Pompílio, livros queimados por ordem do senado.

¹⁶⁷ Tratava-se do estóico Diógenes da Babilónia; do peripatético Critolau e do académico Carnéades, assunto discutido em Gruen 1996 174 ss.; já Crates de Malos fora embaixador de Êumenes II por 169 e de Átalo II por 159.

«... enviado a Roma pelos Atenienses como embaixador, defendeu a justiça com muita abundância, tendo como ouvintes Galba e Catão o Censor, os maiores oradores de então. Mas, no dia seguinte, o mesmo Carnéades, com uma argumentação contrária, subverteu aquela sua argumentação e derrubou a justiça que louvara no dia anterior, não com a gravidade de um filósofo, cujo pensamento deve ser firme e estável, mas com uma espécie de exercitação oratória da capacidade de discorrer sobre ambas as causas».

Obviamente que tal capacidade de tipo sofístico foi sentida como verdadeiro terramoto (ou vendaval, como lhe chama Plutarco, *Cat.Ma.23*) que abalava os alicerces de uma sociedade habituada a valores seguros.

Os epicuristas eram um dos alvos preferidos nos momentos em que os Romanos sentiam necessidade de purgar a casa. Assim, o poeta Lucílio satiriza Tito Albúcio como *perfectus epicureus* numa época em que se dará, por inícios do séc. I, com Quinto Amafínio, a divulgação de resumo da filosofia epicurista, sistema que haveria de ter a sua grande fonte de conhecimento com a publicação do poema *Da natureza das coisas*, de Lucrecio (c. 94-55 ou 51), o qual sente necessidade de matizar alguns dos aspectos do epicurismo mais avessos à mentalidade romana (aceitação do matrimónio e dos deuses tradicionais, defesa da lei, patriotismo em caso de guerra defensiva, elogio da capacidade humana), e até de justificar o estudo do epicurismo (Lucr. 1.41-43 e 50-53). É que a doutrina, além de difícil compreensão, ofendia o imperialismo romano agressivo e a ambição de poder que era característica tradicional dos Romanos e tinha a riqueza como importante fator, sem prejuízo de se ter adaptado à elite romana que prezava a ação, como foi o caso dos círculos cesaristas¹⁶⁸.

Também o estoicismo, comumente considerado congénito à mentalidade romana, sentiu necessidade de se adaptar, para ser aceite, no momento em que o seu chefe, Panécio (c.185-109), enquanto refém aqueu, se enquadrou no círculo de Cipião Emiliano. Nessa fase, conhecida

¹⁶⁸ Lucr. 2.13: «acumular as maiores riquezas, chegar ao poder absoluto»; 2.37-39.

como estoicismo médio, a teoria da unicidade da virtude (cf. *Tratado do dever*, de Panécio, que Cícero viria a imitar escrevendo um *Tratado dos deveres*), foi adaptada à percepção mais corrente da existência de virtudes ou nuances específicas da virtude. Ao distinguir entre virtudes subjetivas, como a sabedoria e a temperança – cujas vertentes intelectuais e especulativas quadravam menos com a mentalidade romana –, e virtudes de relação, como a coragem e a justiça (conceito de *Relationsbegriffe*), Panécio adequou o estoicismo aos ideais e à mentalidade prática dos Romanos, para quem um ideal teórico de *sapiens* ou *rex* sem o exercício prático da política era desprovido de sentido. Além disso, as teorias do instinto social inato e da simpatia universal também eram complacentes com um sentimento da natureza e um ideal de solidariedade do gênero humano que se torna visível no apoucamento da noção de bárbaro, no tratamento mais humano dos escravos, na teoria de um império universal e benfazejo, no apreço pela constituição mista, que Políbio e Cícero dirão ter-se concretizado na constituição republicana romana. No seguimento de Panécio, o seu discípulo Posidónio (c.135-51), naturalista, historiador e filósofo, também se dedicou a estudos de geografia e antropologia e desenvolveu a analogia homem/animal, domínios que muito agradavam aos Romanos. Não admira, por isso, que o estoicismo se afirmasse em Roma, mas fê-lo também porque percebeu que os Romanos não estavam dispostos a aceitar produtos culturais que não tivessem capacidade de dar resposta aos seus próprios problemas e segundo princípios que não ofendessem os seus valores tradicionais. Por isso, depois de na época republicana ter ajudado a legitimar a ideia de um império benfazejo, na época imperial o próprio estoicismo virá a reformatar-se à realidade romana de um regime monocrático, regressando à valorização inicial de uma constituição monárquica que era proposta a nível teológico (Júpiter governava os deuses como monarca) e da natureza (sociedade das abelhas, governada por um *rex*). Não admira que, nessa senda de pragmatismo e realismo, Séneca observasse que o ideal teórico de *sapiens* é isso mesmo, um ideal; e que, na época de Nero, Musónio Rufo desse voz à emancipação feminina ao defender que as mulheres deviam estudar filosofia e, por aí, chegar à virtude (frs 3 e 4).

Não é costume enquadrar num escrito como o presente uma referência à chamada filosofia popular, logo pela simples razão de não ser uma filosofia sistemática e de ter privilegiado o ensino oral em lugares públicos de passagem, na sua ânsia de democratização da moral e de proselitismo lançando aos transeuntes máximas curtas de filosofia prática, num estilo forte, apelativo e parenético. Todavia, a sua influência em Roma, assinalada desde Plauto¹⁶⁹, foi grande e teve a capacidade de transitar pela literatura latina e tornar aceitáveis muitas das suas teses, que, no mundo romano, também logrou despojar do extremismo congénito. Assim, defendeu uma via de contenção ascética condizente com o princípio da autarcia ou autossuficiência, que muito quadrava com as virtudes romanas tradicionais de *simplicitas* e *frugalitas*, de aversão ao luxo; e, na sua defesa da misantropia, sem prejuízo da aparência de sustentar teses anti-sociais, acabou por bafejar um cosmopolitismo apátrida que tanto permitia mitigar temas tradicionais como o do exílio quanto abrir portas a uma aceitação do império universal romano, a pátria comum que tornava desnecessário acirrar nacionalismos.

Tal como em relação às restantes filosofias, também aqui os Romanos souberam abrir-se a uma corrente de pensamento de origem grega, digerindo-a de acordo com o seu modo de perceber o que tal filosofia lhes podia trazer de útil, retirando-lhe os excessos e assim matizando o helenismo especulativo com o pragmatismo romano¹⁷⁰.

Em suma, a história da entrada da filosofia em Roma, muito ligada às etapas da expansão romana, mostra como, apesar dos perigos que nela intuía – uma doutrina estrangeira (*doctrina adventicia*) capaz de provocar agitação social e a até revolução política enquanto novidade (*res novae*), mas também fornecedora de normas de conduta prática, o que

¹⁶⁹ Oltramare 1926 68: «Plaute ... nous offre de très nombreux exemples de l'utilisation indirecte des thèmes et des procédés diatribiques».

¹⁷⁰ Como escrevem Cary – Scullard 1975 198 sobre o intercâmbio filosófico entre Gregos e Romanos: «From the Greeks they obtained a reasoned justification of their traditional code of behaviour, and a cosmopolitan outlook which placed a wholesome check upon the natural arrogance of a conquering people. To the Greeks they imparted some of their practical common sense».

compensava a tendência para a especulação teórica¹⁷¹ –, a filosofia podia ser útil e não pura inutilidade (*supervacuum*), capaz de transformar em *negotium* os momentos de lazer (*otium*)¹⁷².

2.4.2.6. Religião

A abertura de religião romana à influência helénica vem dos tempos mais recuados e, na fase republicana, fosse por influência direta, fosse por mediação etrusca ou das cidades latinas, campanas e itálicas incorporadas, assistimos à criação ou reformatação de festividades por influência exógena, como no caso das Saturnais, em 217; e à transferência de cultos de matiz helénico na condição de não perturbarem a *pax deorum* ou a estabilidade social: Ceres (em 496), Castor e Pólux (por 486, mas já antes venerados em Lavínio), Apolo (em 433), Hércules (culto reorganizado em 312), Esculápio (em 293), o *lectisternium* ou banquete dos deuses (em 399 e 217).

Interessante é verificar que estas inovações, supervisionadas oficialmente por um colégio de quinze magistrados criados para o efeito, os *quindecimviri sacris faciundis*, frequentemente se davam em situações de crise nacional, para cuja resolução contribuíam, não admirando que a II Guerra Púnica fosse um dos momentos de maior avanço de misticismo, astrologia, adivinhação e práticas supersticiosas e irracionais¹⁷³. Deu-se então a entronização oficial em Roma de Vénus Ericina, em 217, e em 205-204 foi acolhida a Magna Mater ou Cíbele, deusa anatólica da fertilidade e protetora na guerra, mas também orago de rituais selváticos oficiados por sacerdotes orientais, a qual foi «a primeira divindade exógena introduzida no coração da Urbe, onde recebeu jogos oficiais, os *ludi Megalenses*»¹⁷⁴. Mas Roma também sabia reprimir os cultos introduzidos

¹⁷¹ Sobre a questão, ver em especial André 1975.

¹⁷² Exemplo é o aproveitamento das férias latinas para uma discussão sobre a melhor forma de constituição no *Tratado da República* de Cícero.

¹⁷³ Salmon 1982 87; Roman 2000 133 enfatiza a profundidade das alterações religiosas a partir da II Guerra Púnica.

¹⁷⁴ Y. Perrin – Th. Bauzou 1997 171; 1996 29: «The goddess would give external sanction to Rome's crusade against Carthage and the final push to eliminate Hannibal».

sem supervisão oficial, como em 242, na oposição ao oráculo da Fortuna Primigénia de Preneste; no célebre caso das Bacanais, em 186, sob pretexto de perturbação da ordem social¹⁷⁵; e quando expulsou os Judeus em 139.

Uma das formas mais simples de acolhimento das divindades exógenas era simplesmente dar-lhe o nome latino de uma divindade local similar (*interpretatio Romana*). Outra era o convite ou chamamento (*evocatio*) dirigido a uma divindade de um inimigo em momento de guerra para vir morar em Roma, cerimónia solene que ocorreu em 396, quando Juno Regina, divindade de Veios, foi convidada a mudar-se para Roma, deixando assim o inimigo sem proteção, ou quando a deusa púnica Tanit, assimilada a Juno, foi invocada por Cipião Emiliano na conquista de Cartago. Este processo relaciona-se com o sincretismo religioso que atribuía feição romana ou grega a divindades locais – e o caso do culto e assimilação de divindades indígenas na Lusitânia encontra-se bem documentado. Este fenómeno favorecia o imperialismo romano, quer por facilitar a adesão dos súbditos aos nomes romanos dos deuses, quer por sinalizar a tolerância romana em relação às divindades dos provinciais e subjugados.

Importância foi também assumida pelos Oráculos Sibilinos, da Sibila de Cumas. Afirma uma tradição que Tarquínio o Soberbo trouxe de Cumas uma coleção de livros ou oráculos sibilinos que só podiam ser consultados por ordem do senado – um exemplo mais de aceitação de matéria estrangeira que em tempo de crise podia eventualmente remediar situações, mas controlando-a por via oficial. Isto é, os «Sibylline Boks acted as a resource, examined through Greek rituals but interpreted by Roman priests ... serving state interests»¹⁷⁶. Foi o que aconteceu em várias ocasiões, como em 293, quando levaram à introdução de Esculápio, ou em 216, quando ordenaram sacrifícios humanos, que há muito tinham deixado de ser prática em Roma.

Em suma, o politeísmo romano – e falamos essencialmente de religião pública –, na medida em que era aberto ao sincretismo religioso através de

¹⁷⁵ Sobre a questão, ver Gruen 1996 34-78 e a sua interpretação quanto à importância do evento nas relações entre Roma e Itália; p.57 ss. sobre as implicações sociais.

¹⁷⁶ Gruen 1996 7-8.

vários mecanismos de assimilação supervisionada de divindades exógenas, soube servir a causa da expansão romana. Mas mesmo no domínio da política interna, Roma logrou usar a religião como fator político de coesão social ao favorecer certos cultos da plebe e ao criar festivais cuja feição religiosa facilmente os transformava em instrumento de lazer e controlo de uma numerosa plebe que, em consequência da expansão, se agigantara em Roma. Mais do que isso, surgiu mesmo uma teologia da vitória depois da conquista do oriente, quando Fúlvio Nobilior, depois de vencer Antíoco II em Ambrácia, em 187, decide consagrar um templo a Héracle, «le précurseur héroïque et le modèle des généraux victorieux», divindade a quem Lúcio Múmio destina uma parte do espólio depois do saque de Corinto em 146¹⁷⁷.

3. Conclusões

Roma surgiu como cidade numa região onde havia outras cidades, como Ficana ou Veios, que com ela rivalizavam em ordem de grandeza e localização privilegiada. Todavia, seria Roma a cidade aglutinadora de povos e terras. Assim sendo, é lícito pensar que a vontade de afirmação e a capacidade de liderança constituíam uma característica congénita do génio romano. Dito por palavras de Énio, transmitidas por Cícero (*Rep.*5.1), o fator humano e a qualidade moral foram determinantes para o poderio de Roma: “Nos costumes antigos se firma o Estado Romano e em seus varões!”.

Assim, Roma começou a alargar o território e a consolidar a sua vocação aglutinadora de povos praticamente desde as origens, o que veio a acentuar-se sob a dominação etrusca e com a hegemonia sobre os povos latinos. A posterior absorção de outros vizinhos e o domínio sobre a Itália central e do sul foram consolidados pela resistência comum à invasão de Aníbal e pelas empresas ultramarinas, onde as vantagens eram partilhadas, mas sob a liderança de Roma. Desta maneira, Roma viu tacitamente aceite e solidificado o seu ascendente sobre toda a Itália, a base de um império e a mãe de todos os povos (conceitos de οἰκουμένη e de *orbis terrarum*).

¹⁷⁷ Grimal 1975 277.

Desde os tempos mais remotos, a afirmação da vocação imperial de Roma, esteeda numa ideologia da vitória e na ideia de missão civilizadora, fazia-se através de trocas de todo o género, e particularmente culturais, entre as partes envolvidas, podendo falar-se tanto de romanização da Itália como de italianização de Roma. E pois que a Itália continha povos não gregos mas helenizados a par com os colonos gregos, nesta italianização incluiu a abertura à cultura etrusca medianeira do helenismo, o qual, já em parte cogénito e originário, seria diretamente assimilado no avanço para sul e depois no contacto com a própria Grécia e com todo o oriente helenístico. Nessa medida, pode afirmar-se que o império é condição tanto da romanização da Itália como da helenização da cultura romana. E o mesmo se poderá dizer a propósito da expansão por todo o Mediterrâneo.

No seu caminho para um império universal, Roma elaborou vários mecanismos de domínio e conservação de territórios e povos diversos: poder militar capaz de se adaptar a novas táticas, armamento e logística; diplomacia baseada em tratados condizentes com as circunstâncias e funcionando como instrumento ancilar de supremacia; conceito de cidadania aberto, atrativo e hierarquizado (cidadania plena, direito latino, cidadania sem sufrágio ou *civitas sine suffragio*); soluções políticas maleáveis para responder às limitações da anualidade das magistraturas e comandos militares (ênfase do papel do senado, prorrogação de magistraturas e comandos, promagistraturas); enquadramento da expansão em quadros ideológicos de cariz nacional (elogio das virtudes nacionais e do *mos maiorum*; *maiestas* e Génio do povo romano; *Roma dea*) e internacional (*Alexandri imitatio*, teoria das zonas climáticas); tolerância étnica e religiosa favorecida por uma religião politeísta (*interpretatio* e *evocatio*); aberturas de vias militares e comerciais; criação de colónias e municípios para consolidação do território conquistado; lançamento de um sistema monetário capaz de responder a novos interesses e realidades comerciais e de afirmar o poderio internacional e a centralidade da potência romana (sistema do denário, controlo das emissões monetárias, moeda internacionalmente credível); adaptação da economia agrária e comercial às exigências de um mercado competitivo e complexo (agricultura científica, importância do *vilicus*, personalidade jurídica de sociedades, pagamentos

desmaterializados); promoção de soluções alternativas e de supervisão, à falta de uma máquina administrativa e fiscal (sociedades de publicanos, *quaestiones perpetuae*); capacidade de responder às exigências sociais com mecanismos de mobilidade, ocupação do lazer e abastecimento alimentar (*peculium*, libertos, *ludi*, *frumentationes*); iniciativas legislativas e éticas de contenção do luxo importado (leis sumptuárias, elogio das virtudes de tipo sabino, lendas e exemplos axiológicos de frugalidade e simplicidade); formas de controlo estatal das novas doutrinas filosóficas e movimentos religiosos; abertura cultural às sabedorias bárbaras (adoção do gládio hispânico; tradução dos livros de Magão; imitação da tática militar de Aníbal em Canas); desenvolvimento de uma paideia greco-romana baseada na assimilação seletiva do helenismo, mas sem perda de identidade, em todos os domínios da vida quotidiana, científica, educativa, política, artística e intelectual (filelenismo e anti-helenismo, pseudomorfose, faseamento das trocas, diversificação dos veículos). É que, como escrevem Cary – Scullard (1975 199), os Romanos «adotaram a cultura grega, mas a sua imitação era seletiva; o tronco itálico foi preservado, mas foi revigorado com uma enxertia de vergôntes gregas. De entre os numerosos discípulo dos Gregos, os Romanos eram os mais eficientes: não eram demasiado orgulhosos para aprender e aprendiam com os olhos bem abertos».

Um dos aspetos mais relevantes do génio romano foi o bilinguismo que se generalizou desde o séc. III e se consagou no império romano. Esta abertura linguística, que marca uma diferença abissal em relação aos Gregos, pode ser favoravelmente contrastada com as modernas potências anglo-saxónicas e constituiu certamente uma dos maiores instrumentos de consolidação e aceitação do império romano no mundo helenístico, que era então o padrão civilizacional aceite tanto no oriente como no ocidente.

Com a transformação de Roma em centro do mundo mediterrânico, que abarcava então todos os continentes conhecidos, não admira que todos os produtos materiais e culturais fossem então carregados para Roma, em especial através do fenómeno da helenização da cultura romana. Como observam Perrin – Bauzou (1997 156), «O imperialismo produz dois efeitos que se conjugam: Roma transfere para a Itália butins ‘culturais’ consideráveis, descobre, no decurso das suas expedições, cidades, arquiteturas,

obras de arte que se lhe impõem como outros tantos modelos. Isto é: o helenismo reflete as etapas do imperialismo».

E foi isso mesmo que, para além da identidade da cultura romana, tentámos demonstrar através da análise da expansão romana em suas consequências, incluindo as trocas materiais e culturais consequentes, do direito ao armamento e técnica militar, da religião à filosofia, da vida quotidiana em todos os seus aspetos à literatura, da vida social à educação, da arquitetura, urbanismo, arte e decoração ao lazer.

Foram essas características ideológicas, servidas por uma forte capacidade de resistência, organização militar e determinação, que transformaram Roma na capital do mundo civilizado, fator que, por si mesmo, tornou Roma o modelo e o polo de atração de tantos povos que, com maior ou menor grau de romanização, integraram um império capaz de, mesmo depois da sua queda política, continuar a ser uma referência civilizacional.

Tábua cronológica

- séc. XV-XIII – Presença de Aqueus em solo itálico
- c.770 – Presença grega em Ísquia ou Pitecusas
- 750 – Fundação da colónia grega de Cumas
- 753 – Data tradicional da fundação de Roma
- 715-673 – Reinado de Numa Pompílio
- c.655 – Demarato emigra de Corinto para a Etrúria
- 642-617 – Reinado de Anco Márcio; fundação da colónia de Óstia
- 616-509 – Domínio etrusco sobre Roma
- 509 – Início da República Romana; tratado com Cartago
- 496 – Batalha do lago Regilio; introdução do culto de Liber, Libera e Ceres
- 493 – *Foedus Cassianum*
- c.486 – Construção do templo de Castor e Pólux
- 474 – Derrota dos etruscos em Cumas
- 451-450 – Lei das XII Tábuas
- 433 – Templo de Apolo
- 399 – Introdução do lectistérnio ou banquete dos deuses
- 390 – Saque de Roma pelos Gauleses
- 390-353 – Tratados com Cere e sua rendição
- 396 – Conquista de Veios; *evocatio* de Juno Regina

381 – Conquista de Túsculo

367 – Leis *Liciniae Sextiae*

364 – Dançarinos etruscos em Roma

357 – Criação de taxa de 5% sobre manumissões

354-290 – Tratados com os Samnitas

348 – Renegociação do tratado com Cartago

343 – Estátuas de Alcibíades e Pitágoras no comício, por ordem de Delfos

343 – Tratado com Cápuia

343-341 – I Guerra Samnita

338 – Domínio sobre o Lácio; dissolução da Liga Latina

334-303 – Tratados com Tarento

332 – Criação de 2 novas tribos

327-304 – II Guerra Samnita

326 – Prorrogação do comando de Publílio Filão (1º exemplo)

326 – Aliança com Nápoles

326-304 – Domínio sobre a Campânia

325-256 – Vida de Timeu de Taormina, historiador

c. 318 – Lei Ovínia

 – 2 tribos criadas no norte da Campânia

312 – Oficialização do culto de Hércules

 – Censura de Ápio Cláudio Cego; lançamento da via Ápia

312-310 – Ocupação da Etrúria

311 – Criação de *duoviri navales*

303 – Tratado com Tarento

299 – Criação de 2 novas tribos

298 – Aliança com Picentinos

298-290 – III Guerra Samnita

296-295 – Prorrogação de comandos militares na III Guerra Samnita

295 – Batalha de Sentino, contra Samnitas, Gauleses e Úmbrios

293 – Introdução do culto de Esculápio

289 – Criação dos *tresviri monetales*

282 – Tratado com Túrios

280-275 – Guerra contra Pirro

±279 – Pirro envia o filósofo Cíneas a negociar com os Romanos

278 – Tratado com Cartago

275 – Elefantes vistos pela 1ª vez em Roma, no triunfo de Cúrio Dentato

273 – Tratado com Ptolomeu II do Egito

272 – Conquista de Tarento; Lívio Andronico é levado para Roma

c.270-200 – Vida de Névio

- 269 – 1ª emissão romana de moeda de prata
- 264 – Conquista de Volsínios, última cidade independente da Etrúria
- 264 – Aliança com Mamertinos
- 264-241 – I Guerra Púnica; ocupação da Sicília
- 263 – Valério Messala traz de Catânia o 1º relógio
- 263 – Exposição de uma pintura triunfal na Cúria Hostília
- 263 – Tratado com Hierão II de Siracusa
- 262 – Saque de Agrigento
- 260 – Batalha de Milas, primeira vitória naval romana
- 252 – Elefantes mostrados pela 1ª vez no circo, no triunfo de Cecílio Metelo
- 254-184 – Vida de Plauto
- 242 – Oposição ao oráculo de Fortuna Primigénia, de Preneste;
– Criação do *praetor peregrinus*
- 241 – Criação das 2 últimas tribos (no Piceno)
- 241-235 – Cunhagem de *quadrigati*
- 240 – Lívio Andronico inaugura a literatura latina com peça de teatro
- fl.240-207 – Vida literária de Lívio Andronico
- c.239-169 – vida de Ênio
- 234-149 – Vida de Catão o Antigo ou o Censor
- 230 – Divórcio de Espúrio Carvílio Ruga
- 230-219 – Tratados e guerra com a Ilíria
- 227 – Criados 4 pretores
- 226 – Tratado do Ebro
- 225 – Roma tem capacidade de mobilizar 500.000 tropas, diz Políbio
- 223 – Tratado com Sagunto
- 222 – Batalha de Clastídio, sobre os Gauleses
- 221 – *Laudatio* fúnebre de Lúcio Cecílio Metelo
- 220 – Construção do Circo Flamínio e da via Flamínia
- 220-167 – Roma cria um império universal em 53 anos, segundo Políbio
- 220-130 – Vida de Pacúvio, autor de tragédia *palliata*
- ±219 – Chega a Roma o 1º médico grego, Arcátago
- 218 – Lei Cláudia
- 218-201 – II Guerra Púnica
- 217 – Reformatação das Saturnais
- 217 – Introdução do culto de Vénus Ericina
- ?217 – Lei *Metilia de fullonibus*
- 216 – Batalha de Canas, maior derrota romana
- 216 – Sacrifícios humanos ordenados pelos Oráculos Sibilinos
- 215 – Surge provavelmente a primeira sociedade de publicanos

215 – Lei Ópia contra o luxo feminino
 214-211 – Cunhagem do denário; surge um sistema metrológico
 214-205 – I Guerra Macedónica
 ?213 – *Victoriatius* de prata substituí *quadrigatus*
 212 – Tomada de Siracusa; morte de Arquimedes
 212 – Criação dos Jogos Apolínares
 212-211 – Tratado com a Liga Etólia
 209 – Cunhagem da 1ª moeda romana de ouro (*aureus*)
 209 – Estátua colossal levada de Tarento para Roma
 208 – Representação da *Clástidio* de Névio nos funerais de Cláudio Marcelo
 207 – Públio Cornélio Cipião tratado como rei pelos Hispanos
 204 – Introdução do culto de Magna Mater ou Cíbele
 203-202 – Pacto entre Filipe V da Macedónia e Antíoco III
 201 – Tratado com Pérgamo no seguimento do de 212-211
 200 – Aumento do consumo de trigo per capita
 200-196 – II Guerra Macedónica
 200-133 – Roma torna-se a potência dominante em todo o Mediterrâneo
 ±200-118 – Vida de Políbio
 197 – Batalha de Cinoscéfalas
 197 – Criação de 6 pretores; Hispânia dividida em 2 províncias
 196 – Arcos do triunfo de Lúcio Estertínio
 195 – Lei *Valeria Fundania* revoga lei Ópia
 c.195-c.159 – Vida de Terêncio
 193 – *Porticus Aemilia*, o 1º pórtico em Roma
 192-189 – Guerra contra Antíoco III
 ±190 – Proibição de perfumes exóticos
 190-189 – Vitória de Magnésia, sobre Antíoco III
 189 – Tratado com Pérgamo
 189 – Marco Fúlvio Nobilior vence Etólios e Ambrácia
 – Chegada a Roma dos vasos de ouro e de prata
 189-132 – Período de maior invasão do luxo
 188 – Paz de Apameia
 187 – Mânlio Vulsão celebra triunfo sobre os Gálatas
 187 – Marco Fúlvio Nobilior consagra o templo de Hércules e das Musas
 187 – Expulsão de aliados inscritos irregularmente em Roma
 186 – Escândalo das Bacanais
 186-185 – Mais antiga *venatio* de animais exóticos, dada por Fúlvio Nobilior
 185-129 – Vida de Cipião Emiliano
 c.185-109 – Vida de Panécio, do estoicismo médio

- 184 – Basílica Pórcia, a 1ª em Roma
- 181 – Lei *Orchia de coenis*
- 181 – Queima de livros pitagóricos descobertos no túmulo de Numa
- 180 – Cumas pede para usar latim como língua oficial
- 180-102/101 – Vida de Lucílio, poeta satírico
- 177 – 65.000 escravos trazidos da Sardenha
- 177 – Aliados passam a receber metade do saque recebido por um romano; Latinos recambiados de Roma
- 173 – Expulsão dos epicuristas Alceu e Filisco
- 172-167 – III Guerra Macedónica
- 171 – Tribunal temporário *de repetundis*
- 170-86 – Vida de Áccio, autor de tragédia *palliata*
- 169 – Lei Vocónia restringe riqueza feminina
- 169-159 – Filósofo Crates de Malos como embaixador de Pérgamo em Roma
- 168 – Batalha de Pidna; auge do imperialismo romano, segundo Políbio
- 168 – *Porticus Octavia*
- 167 – Romanos deixam de pagar tributo
– Biblioteca de Perseu trazida para Roma
- 167 – Escravização de 150.000 prisioneiros de guerra no Epiro
- 167-150 – Retenção de 1.000 reféns aqueus em Roma
- 166 – Delos torna-se porto livre
- 165-164 – Aliança desigual com Rodes
- 161 – Tratado com Judas Macabeu, da Palestina
- 161 – Banimento de filósofos e retores
- 161 – Lei *Fania cibaria*; introdução da engorda de gansos e galinhas
- 160 – Representação de *Os dois irmãos* nos jogos fúnebres de L. Emílio Paulo
- 155 – Conferências de Carnéades; expulsão da embaixada de filósofos gregos
- 155 – Tentativa falhada de construir o 1º teatro de pedra
- 149-146 – III Guerra Púnica
- 149 – Lei Calpúrnica cria *quaestiones perpetuae de repetundis*
– Introdução de pavimentos e mosaicos
- 147-146 – Macedónia transformada em província
- 146 – Sniquilamento de Cartago; África província romana
- 146 – Destruição e saque de Corinto; Acaia transformada em província
– Generalização dos bronzes de Corinto
– Divulgação da estatuária e pintura gregas
– Primeira exposição de pintura estrangeira em Roma
- 146 – Primeiros templos de mármore (Júpiter Stator e Juno Regina)
- 144 – Aqueduto *Aqua Marcia*

- 143 – Lei *Didia sumptuaria*
- 139 – Expulsão de Judeus e astrólogos
- 135-132 – Guerra dos Escravos na Sicília
- c.135-51 – Vida de Posidônio
- 133 – Queda de Numância
- 133 – Roma herda o reino de Pérgamo; criação da província da Ásia;
– Tribunado de Tibério Graco
- 123 – Primeiro tribunado de Gaio Graco
– Lei *Sempronia frumentaria* cria as *frumentationes*
- 120-63 – Vida de Mitridates VI, rei do Ponto
- 118 – Gneu Mânlio introduz leitos de mesa, aparadores e mesas pé de galo
- 115 – Lei *Aemilia sumptuaria*
- 107 – Mário inicia a sua reforma militar
- 104-100 – II Guerra dos Escravos na Sicília
- <103 – Lei *Licinia sumptuaria*
- 102-101 – Vasos para bebida cinzelados, após a vitória sobre os Cimbros
- ±100 – Cultos de Ísis e Serápis
- 95 – Roma ordena a Mitridates que abandone Paflagónia e Capadócia
- 95 – Lúcio Crasso introduz colunas em mármore do Himeto
- c. 94-55/51 – Vida de Lucrécio
- 93 – Lúcio Plócio Galo abre a 1ª escola de retórica em latim
- 92 – Censores fecham a escola de Lúcio Plócio Galo
- 91-87 – Guerra Social
- 86-85 – Sula derrota Mitridates; tratado com Mitridates
- 78 – Marco Lépidio introduz soleiras em mármore e mármore da Numídia
- 67 – Lei Manília dá a Pompeu o comando da Guerra contra Mitridates
- 62 – Pompeu organiza o oriente, cria a província da Síria
- 61 – 3º triunfo de Pompeu, sobre Mitridates; pérolas e jóias no desfile
- 58 – Teatros provisórios de Emílio Escauro, com 360 colunas de mármore
- 56 – Licínio Luculo introduz o mármore negro
- 55 – Teatro de Pompeu, 1º teatro de pedra

Bibliografia

- André, J.-M. (1977), *La philosophie à Rome*. Paris.
- Balsdon, J. P. V. D. (1969). *Life and Leisure in Ancient Rome*. Toronto.
- Boardman, J. – Griffin, J. – Murray, O. (1989), *The Roman World*. Oxford (1986 repr.; trad. esp.: *Historia Oxford del mundo clasico. 2. Roma*. Madrid, Alianza, 1988).

- Bradley, P. (1997), *Ancient Rome. Using Evidence*. Rydelmere.
- Brown, P. G. McC. (1989) "The First Roman Literature", in Boardman, J. – Griffin, J. – Murray, O., *The Roman World*. Oxford (1986 repr.), 61-75.
- Cancic, H. – Schneider, H. eds, *Brill's Encyclopädia of the Ancient World. New Pauly. Antiquity*. Leiden-Boston.
- Cary, M. – Scullard, H. H. (²1975), *A History of Rome down to the Reign of Constantine*. London (²1954 repr).
- Citroni, M. et alii (2005), *Literatura de Roma Antiga*, trad. M. Miranda e I. Hipólito, revisto por W. S. Medeiros (original it.: *Letteratura di Roma Antigua*. Roma-Bari, 1997). Lisboa.
- Cornell, T. J. (1995), *The Beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)*. London.
- Crawford, M. (1989), "Early Rome and Italy" in Boardman, J. – Griffin, J. – Murray, O., *The Roman World*. Oxford (1986 repr.), 9-38.
- Dench, E. (1995), *From Barbarians to New Men. Greek, Roman, and Modern Perceptions of Peoples from the Central Apennines*. Oxford.
- Le Glay, M. – Voisin, J.-L. – Le Bohec (1991), *Histoire romaine*. Paris.
- Grandazzi, A. (1991), *La fondation de Rome. Réflexion sur l'histoire*. Paris.
- Grimal, P. (²1975), *Le siècle des Scipions. Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques*. Paris.
- Gruen, E. S. (1996), *Culture and National Identity in Republican Rome*. Ithaca (1990).
- Harris, W. V. (1992), *War and Imperialism in Republican Rome 327-70 BC*. Oxford (1979).
- Hinard, F. coord. (2000), *Histoire Romaine. Tome I. Des origines à Auguste*. Paris.
- Inglebert, H. coord. (2005), *Histoire de la Civilisation Romaine*. Paris.
- Hopkins, K. (1978), *Conquerors and Slaves*. Cambridge.
- Hornblower, S. – Spawforth, A. (³2003), *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford.
- Kennedy, G. (1972), *The Art of Rhetoric in the Roman World 300 B.C. – A.D. 300*. Princeton.
- Laurence, R. (2001), "Territory, Ethnonyms and Geography, in R. Lawrence and J. Berry, *Cultural Identity in the Roman Empire*. London 95-110.
- Lomas, K. (2001), "Roman imperialism and the city in Italy", in R. Lawrence, J. Berry, *Cultural Identity in the Roman Empire*. London 64-78.
- Martin, J.-P. – Chauvot, A. – Cébeillac-Gervasoni, M. (2010), *Histoire romaine*. Paris.
- Nicolet, C. (1976), *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris.
- Nicolet, C. (1988), *L'inventaire du monde. Géographie et politique aux origines de l'Empire romain*. Paris.
- Oliveira, F. (2010), "Misoginia na Comédia Togata", in: *Identidade e cidadania. Da antiguidade aos nossos dias*, edd. M^a L. Santa Bárbara et alii. Porto 349-368.
- Oliveira, F. (1992), "Amor na sátira de Horácio e seus predecessores", in Rocha Pereira, M. H. – Ribeiro Ferreira, J. – Oliveira, F. (coords), *Horácio e a sua perenidade*. Coimbra 21-53.
- Oliveira, F. (1992), *Les idées politiques et morales de Pline l'Ancien*. Coimbra.
- Ulam, A. (1926), *Les origines de la Diatribe Romaine*. Genève.
- Paoli, U. E. (1990), *Urbs. La vida en la Roma antigua*. Barcelona.
- Perrin, Y. – Bauzou, Th. (1997), *De la cité à l'Empire: histoire de Rome*. Paris.

- Rawson, E. (1989), "The expansion of Rome" in Boardman, J. – Griffin, J. – Murray, O., *The Roman World*. Oxford (1986 repr.), 39-59.
- Rocha Pereira, M. H. (2013), *Estudos de História da Cultura Clássica. II. Cultura Romana*. Lisboa.
- Roldán Hervás, J. M. (2005), *Historia de Roma*. Salamanca.
- Roman, D. (2000), *Rome: la république impérialiste 264-27 av. J. – C.* Paris.
- Rotondi, G. (1966), *Leges publicae populi Romani. Elenco cronologico con una introduzione sul' attività legislativa dei comizi romani*. Hildesheim (repr. 1912, Milano).
- Salmon, E. T. (1982), *The Making of Roman Italy*. London.
- Sherwin-White, A. N. (1973), *The Roman Citizenship*. Oxford.
- Stroup, C. S. (2010), "Greek Rhetoric Meets Rome: Expansion, Resistance, and Acculturation" in Dominik, W. – Hall, J. (eds), *A Companion to Roman Rhetoric*. Oxford 23-37.